

SEBASTIÃO MATOS



CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO

A RESPOSTA QUE SE IMPÕE



5(469.12)
T

AREIAS DE VILAR – BARCELOS

1997





A CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO

A RESPOSTA QUE SE IMPÕE.

FICHA TÉCNICA

Título:  CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO
A RESPOSTA QUE SE IMPÕE

Autor e Editor: Sebastião Matos

Fotografia: Graça Silva

Capa: Arq.^{to} Veiga de Araújo

Composto e Impresso na Companhia Editora do Minho, S.A. Barcelos

Tiragem: 500 exemplares

Dep. Legal n.º 113 411/97

SEBASTIÃO MATOS



A CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO

A RESPOSTA QUE SE IMPÕE



*Barcelone
Perme.*

AREIAS DE VILAR – BARCELOS
1997

DEDICATÓRIA

*Aos amigos que sempre confiaram em mim,
porque foram lenitivo.*

*Aqueles que, momentaneamente, duvidaram
da minha formação, honestidade e seriedade,
porque foram força determinante.*

*A todos quantos amam a verdade e não
gostam de ser enganados.*

À MEMÓRIA

Entre outros valores, meu pai transmitiu-me os princípios que constituem os pilares do meu agir: a honestidade, a dignidade, a verdade e a honra de sempre assumir os meus actos.

Hoje, 27 de Maio, ao concluir e datar A Resposta que se impõe, veio-me à memória que, precisamente, neste dia de há 35 anos, meu pai partiu desta vida terrena.

Foi pura coincidência, ou não, em trabalho desta índole. Para ele, a quem tanto devo da minha formação, aqui fica o meu preito, homenagem e saudade.

1. Observações

O trabalho que se apresenta baseia-se em fontes manuscritas, na análise de documentos no local e insere-se na continuidade do livro – *A Capela da Senhora do Socorro em Areias de Vilar*, 1996.

Na transcrição dos documentos escritos, apresentados por mim, actualizei a grafia e desdobrei as abreviaturas.

2. Abreviaturas

C.M.B – Câmara Municipal de Barcelos

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

3. Agradecimento

Agradeço todos quantos se disponibilizaram para colaborar comigo, a fim de mostrar a adulteração das datas, nomeadamente, àqueles que cederam as fotografias do passado.

A fotografia da data de 8 de Dezembro de 1973 foi tirada no casamento de Manuel Araújo Costa. Para ele e para a sua esposa, pela gentileza da cedência, muito obrigado.

NOTA JUSTIFICATIVA

*Por vezes é penoso cumprir o dever;
mas nunca é tão penoso como não cumpri-lo.*

Alexandre Dumas

É penoso ter que responder a um escrito cujo objectivo foi postergar a verdade.

É penoso, porque um escrito de baixo nível apenas se deve votar ao desprezo.

Mas, no caso vertente, o simples desprezo, para alguns, poderia significar conceder o benefício da dúvida a quem calunia e difama. Por isso, aqui estou a cumprir um penoso dever.

A controvérsia que gerou a polémica que há cerca de um ano veio a público, consiste na alteração das datas que se verificou nas padieiras das portas da Capela da Senhora do Socorro.

Querendo repor a verdade histórica, escrevi o livro: *A Capela da Senhora do Socorro em Areias de Vilar – Barcelos*.

Sou novamente obrigado a escrever, sobre este mesmo assunto, na sequência de uma “corrigenda” que M.^a Helena (Araújo) resolveu pôr nos escaparates. Não fossem a difamação e o insulto, a deturpação da verdade e as acusações vis, e o referido escrito não teria a resposta que se impõe.

Quero, porém, desde já afirmar que, como é meu hábito, fruto da minha formação humana, não me deixarei seduzir pela baixa polémica. Não enveredarei pelo insulto, pela calúnia, pelo enxovalho ou por qualquer outra adjectivação que tanto foi do agrado de M.^a Helena (Araújo).

Fruto da minha formação académica tratarei o assunto na base dos princípios que constituem os pilares da História.

História é ciência dos homens no tempo, segundo Marc Bloch; é o conhecimento do passado humano, segundo Henri Marrou; é o testemunho dos tempos à luz da verdade, e como tal faz-se com documentos, escritos ou materiais, e a objectividade destes não se compadece com a subjectividade e interesse de quem os manuseia ou observa. A História requer e exige seriedade e serenidade, independente das ideias, simpatias e preconceitos de quem a escreve ou relata. Porém, a História jamais estará completa. A cada momento aparecem novos documentos e como tal, rebate-se argumentando e não com invenções, sejam próprias ou alheias.

O historiador investiga, critica, selecciona os documentos com o objectivo de descobrir a verdade histórica. Utiliza métodos científicos no seu trabalho de pesquisa e não inventa, não maltrata a verdade e não insulta.

No meu trabalho, há um ano atrás, defendi que existiu uma Ermida edificada em 1620, sob a invocação de Nossa Senhora do Socorro e que a actual Capela, sob a mesma invocação, existente no Monte Redondo, foi construída no século XIX. Apresentei provas fundamentadas em documentos escritos e materiais, sabendo que uns e outros constituem as fontes da História.

Se alguém me apresentar novos e verdadeiros documentos e me mostrar que a minha análise foi falaz, se a força dos argumentos me provarem o contrário, estou disposto a mudar de opinião. Os sensatos mudam às vezes de opinião. Um louco nunca.

Porém, ainda que, por mera hipótese académica, aparecessem documentos que provassem que a actual Capela da Senhora do Socorro (a actual capela), havia sido construída no século XVII, o que é inverosímil, nunca retiraria do meu livro que foram adulteradas as datas das padieiras das portas da Capela da Senhora do Socorro. E continuarei a dizer que não havia razão intelectual, humana ou espiritual, para mudar os algarismos que aí se encontravam, à força do martelo e do cinzel ou de qualquer outro instrumento cortante.

M.^a Helena (Araújo) não rebateu as minhas provas, não apresentou novos documentos, deturpou alguns deles, enveredou pelo ataque pessoal, pela calúnia, difamação, fuga à verdade, insinuações maldosas, e vai ao ponto de pôr em causa a minha honestidade, afirmando, a concluir, que houve “dinheiros públicos” envolvidos na minha publicação.

Não faz uma apreciação cultural nem histórica na sua “corrigenda” e até nega verdadeiras fontes da História, por ignorância ou por malícia, como são a tradição oral, os documentos materiais e os livros do registo paroquial. Para não lhe dar a minha opinião pessoal, pois dela pode duvidar, atenda ao que Norberta Amorim, cuja apresentação se dispensa para os investigadores, escreve sobre os Livros Paroquiais.

“Através dos registos paroquiais, o investigador tem possibilidade de se aproximar de um mundo desconhecido até agora – o dos homens sem rosto, aqueles em que assenta verdadeiramente a construção do mundo em que vivemos. (...) A preservação dessa importante massa documental que são os livros de registos paroquiais (...) é uma exigência na fase actual da investigação histórica e não nos cansamos de chamar a atenção dos dirigentes culturais para essa responsabilidade”¹.

M.^a Helena (Araújo) pelo “curriculum” que apresenta e pela formação académica que diz possuir, tinha obrigação de escrever com outro nível e, por respeito ao menos aos seus leitores, não deveria meter-se em assuntos para os quais, como provou, não está preparada.

Com plena consciência de que me é roubado um tempo precioso, mas por razões de dignidade, embora penosamente, sou obrigado a dar esta resposta para todos e, sobretudo, para os que buscam a verdade tirarem as conclusões que entenderem.

¹ AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt – *Guimarães 1580-1819, estudo demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987, p. 487.

I

INTRODUÇÃO

*A liberdade consiste em fazer o que
se deve não o que se quer.*

Campoamor

Não era minha intenção voltar a escrever sobre o assunto que, em 1996, me levou a publicar uma brochura sobre a Capela da Senhora do Socorro, sita em Areias de Vilar, Barcelos. Resisti a todos os artigos dos jornais e desprezei as injúrias. A falta de consistência das afirmações dos meus adversários e a ausência de argumentos, não mereciam a mínima preocupação da minha parte. Perante os especialistas na matéria nada tinha a recear. E, até hoje, destes não recebi qualquer reparo, o que, justificado, até agradecia.

Por outro lado, alguém se encarregou de difundir que o meu trabalho era uma “calúnia”, “mentira completa” proveniente de “recalcamento passado e ainda não superado”². A verdadeira motivação desse estudo e do seu lançamento em público, Julho de 1996, segundo outros, seria de cariz político e ajuste de contas³ com determinada individualidade. Mais recentemente, o jornal “Barcelos Popular”, a propósito de um artigo vindo a público em “Barcelos Mais”, citando, comentou: “Também é uma luta contra

² SOUSA, Artur Gomes – *Jornal de Barcelos*, 1 de Agosto de 1996.

³ J.C. – *Barcelos Popular*, 25 de Julho de 1996.

uma Sombra sem nome nem rosto patente ali por ressabiamentos alheios ao facto em questão, sendo o próprio facto um aproveitamento para desforra”⁴.

Confesso que nunca estive nos meus horizontes o ataque pessoal, pelo que tal dedução não passou de uma deslealdade e difamação, próprias de quem não tem argumentos para rebater afirmações devidamente comprovadas. Aliás, afirmei no próprio estudo em questão, que “nada temos contra pessoas”⁵.

Por causa de interpretações dúbias e maldosas, não pretendia responder a quem me tem criticado, dando-lhes assim oportunidade para continuarem a deturpar a verdade, quando lhes falta capacidade interventiva, procurando, deste modo, o benefício pessoal e a projecção que não conseguem pela sua incompetência.

Na mesma local do jornal citado, anunciava-se que se encontrava no prelo uma obra que constituiria “uma resposta, com o objectivo de provar o erro, acusando de ligeireza a investigação de Sebastião Matos”⁶. Esse mesmo anúncio foi feito numa entrevista concedida ao jornal “*Assembleia*” que se publica na freguesia da Pousa⁷.

Todas estas declarações recentes, juntamente com as do passado, com as “*Cartas ao Director do Diário do Minho*”⁸, a carta dirigida ao “*Correio do Minho*”⁹, mereceram o meu desprezo e não me levaram a mudar de ideias. Pelo contrário, sempre reafirmei a minha vontade e propósito de não responder a provocações. De consciência tranquila, com a decisão tomada, não haveria ninguém, minimamente honesto, que me pudesse acusar de perseguição, de desforra pessoal, de calúnia, de recalcamento e outras coisas tais.

⁴ J.J. – *Barcelos Popular*, 27 de Março de 1997.

⁵ MATOS, Sebastião – *A Capela da Senhora do Socorro em Areias de Vilar* – Barcelos, 1996, p.13.

⁶ J.J. – *Barcelos Popular*, 23 de Março de 1997.

⁷ GONÇALVES, Fernando e CARLOS, Luís – *Assembleia, Jornal da Pousa*, Abril. Maio. Junho 97, Ano 2, n.º 8.

⁸ DIÁRIO DO MINHO – *Cartas ao Director*, 12 de Dezembro de 1996.

⁹ CORREIO DO MINHO – *Correio do Leitor*, 13 de Abril de 1997.

No dia 24 de Abril, chegou casualmente à minha mão uma brochura com 40 páginas, de mancha reduzida, com um tipo de letra grande, certamente para dar volume à publicação, ou então para os que sofrem de presbitia (quer dizer vista cansada) não terem dificuldades na leitura. Destas 40 páginas, seis estão completamente em branco, uma destina-se a um “ex-libris” com castelo e coroa, três a fotografias, uma a dedicatória, outra com três linhas de bibliografia duvidosa¹⁰, enquanto que a última foi destinada a ficha técnica. Contando mesmo com as meias (entenda-se páginas), é um quarteirão de páginas escritas, bem espacejadas, o que me permitiu fazer a leitura num curto espaço de tempo¹¹.

Li o trabalho em 15 minutos. No fim, perpassou por mim um sentimento mesclado de tristeza e de desprezo. Para além dos ataques pessoais, é um escrito sem conteúdo, inconsequente, sem fio condutor de raciocínio, repleto de absurdos, de dispersões, mas suculento de erros e imperfeições.

Pensei ignorá-lo, uma vez que assumira o compromisso, comigo mesmo, de não responder a provocações. Porém, o autor do “escrito” não é o anunciado nos meios de comunicação social, de que sou “acusado de perseguir, com quem tenho a fazer ajuste de contas e travar desforras pessoais”, aquele contra quem, segundo alguns afirmam, sou movido por sentimentos menos nobres e por razões escondidas.

O autor converteu-se em autora e trata-se de M.^a Helena (Araújo). Considero-me, pois, desligado da obrigação que assumi, comigo próprio, de me manter impávido e sereno quaisquer que fossem os ataques e os escritos contra mim intentados, a propósito do meu estudo sobre a Capela da Senhora do Socorro.

¹⁰ “Recolhas directas em fontes de saber” não têm, em qualquer parte do mundo, nada a ver com bibliografia. Restariam duas linhas como “bibliografia”. A admiti-la como tal, esta não está correctamente apresentada, nem de perto nem de longe.

¹¹ Faço esta descrição não porque considere que os trabalhos de investigação, ou de outros géneros, tenham mérito ou demérito pelo volume ou pelo peso. Há trabalhos de síntese com grande valor académico e respeitabilidade. Não é o caso.

Porque os dislates são tais e tantos neste “escrito” agora publicado, sou obrigado a dar **a resposta que se impõe**. Não posso ficar queto e mudo perante tal diatribe.

Vou debruçar-me sobre um “escrito” que M.^a Helena (Araújo) produziu, a que resolveu dar por título *CORRIGENDA AO LIVRO DE SEBASTIÃO MATOS A CAPELA DA SENHORA DO SOCORRO em AREIAS DE VILAR – BARCELOS*¹².

¹² M.^a Helena (Araújo) cometeu um abuso (ou por crassa ignorância), não atendeu aos direitos de autor e utilizou a capa do meu livro, concebida pelo Arq.^o Veiga de Araújo e com fotografia de Paulo Gaspar. Não pediu autorização que, aliás, lhe seria negada. Em pequenos pormenores se conhecem as pessoas.

II

A AUTORA DA CORRIGENDA

*Os que falam de coisas que não entendem,
estão proclamando a sua ignorância.*

Marquês de Maricá

Sinto-me na obrigação de apresentar a autora, embora o faça sem qualquer prazer. Assim procuro evitar confusões, já que as pessoas, como diz o povo, não se podem meter todas no mesmo saco.

Na contra capa da dita “corrigenda” lê-se: “Maria Helena (Araújo) com os apelidos Ribeiro Soares de Sovza¹³ Dias nasceu em Areias de Vilar Barcelos”. De seguida continua: “É Mestre em Ciências da Educação para o Ensino da Língua Portuguesa”, “Licenciada em Filologia Românica”, e mais uma série de títulos, o que me leva a pensar tratar-se de pessoa “letrada”.

Segundo informações colhidas, M.^a Helena (Araújo) viveu nos primeiros anos da sua existência em Areias de Vilar, onde sua mãe foi professora. Talvez por esta razão, embora deixando esta terra com dois anos de idade (em 1934), onde nunca fez nada, vem agora num gesto “magnânimo” dedicar o seu “escrito” aos “conterrâneos de Areias de Vilar por consideração ao seu espírito de Verdade Histórica”. Actualmente é íncola na freguesia da Pousa, deste concelho de Barcelos.

¹³ Não sei se é Sovza ou Sousa. Noutras publicações, diz-se Prof.^a Dr.^a Helena Sousa Dias (Araújo).

Quer na capa, quer no “ex-libris”, quer na nota biográfica, o apelido (Araújo) aparece-nos tal como escrevi, entre parêntesis. Não é pois uma gralha, nem pensem que se trata de qualquer intenção menos clara da minha parte. Confesso que é algo que não compreendo, nem isso me interessa.

Quis fazer esta apresentação, não por quaisquer razões pessoais, pois para mim a vida pessoal de cada um é sagrada; nunca me meti nesses meandros. Senti-me, porém, na obrigação de a apresentar, porque diversas pessoas me interrogaram sobre quem era a autora, confundindo-a com Senhoras de nome semelhante, que, ao que parece, não se sentem nada honradas¹⁴ com a confusão.

Havia quem julgasse ser Maria Helena Araújo, – Araújo sem parêntesis – residente em Barcelos, licenciada em história, que escreve pelo menos em dois semanários barcelenses.

Havia quem afirmasse tratar-se de uma distinta historiadora, professora universitária, também de nome Helena Araújo, com obra feita e de muito crédito.

A minha consciência cívica obriga-me a que liberte estas duas Senhoras de passarem por serem consideradas autoras de uma publicação que reconheço ser a de pior qualidade e do mais baixo nível que li em toda a minha vida.

¹⁴ ARAÚJO, Maria Helena – *Loisas*, in *Jornal de Barcelos*, n.º 2341, 15/05/97, p. 3.

III

OS SEUS CANUDOS

*A linguagem deve exprimir com
clareza o pensamento. Isso é tudo.*

Confúcio

Ao tomar conhecimento de um artigo inserido num pequeno jornal do qual é directora M.^a Helena (Araújo), artigo sem assinatura, mas que tudo indica seja escrito pela própria (pelo menos a responsabilidade é sua), prometi publicamente que não gastaria tempo com ele, afirmando mesmo que o não iria ler¹⁵. Informaram-me que, a determinado passo, se referiu à minha formação académica com desprezo, como é próprio de quem se considera sem mácula e ser superior: “Universo, Galáxia, Alguém”¹⁶.

M.^a Helena (Araújo) diz-se Mestre em Ciências da Educação para o ensino da Língua Portuguesa, Licenciada em Filologia Românica e com frequência de outros cursos. Com tal formação académica “Mestre para o Ensino da Língua Portuguesa” deveria ter apresentado um trabalho que, pelo menos, estivesse escrito num português correcto, fluente, atractivo e esmerado, já que lhe relevaria os erros históricos.

O que verifico é precisamente o contrário. M.^a Helena (Araújo) não sabe fazer citações, não sabe transcrever documentos, não sabe utilizar as aspas e o itálico, não conhece o significado das palavras,

¹⁵ J.J – *Barcelos Popular*, 27 de Março de 1997.

¹⁶ (ARAÚJO), M.^a Helena – *Corrigenda ao Livro de Sebastião Matos a Capela da Senhora do Socorro em Areias de Vilar, Barcelos*, 1997, p. 36.

não tem noção do que é uma bibliografia, e, para cúmulo, para quem se diz “mestre”, o trabalho é prenhe em erros ortográficos, pontuação duvidosa e outras defeitos de linguagem.

Sou obrigado a concluir que a autora, com o “curriculum” que apresenta e os pergaminhos que diz possuir, está mesmo a perder qualidades e deveria dedicar-se a outras actividades, menos a escrever.

A minha formação académica específica é no campo da História. Nesta área sinto-me responsável. Não tendo a formação académica que M.^a Helena (Araújo) diz possuir, não me deveria meter na sua área de saber. Perdoem-me os formados em Filologia Românica, mas, não sendo mestre na arte de bem escrever, sou obrigado a pôr ao de cima as mazelas de um “escrito” que pretende ser “corrigenda”.

Todos aqueles que escrevem sabem que as gralhas são frequentes. Todos aqueles que lêem, de boa fé, distinguem as gralhas dos erros.

Erros e não gralhas, são alguns dos exemplos que detectei no texto produzido pela autora.

Começo pelo título: “Corrigenda”

Corrigenda é uma listagem de erros com a indicação das respectivas emendas. No “escrito” em causa, M.^a Helena (Araújo) nem apresentou uma listagem de erros, nem emendas. Neste aspecto verifico que foi um autêntico desastre. Se a autora tinha alguma data a rectificar, algum documento a contestar, algum argumento a contradizer, algum correctivo a aplicar, melhor seria ter usado a palavra **correccção**.

Penso, porém, que nem uma coisa nem outra, pois não corrigiu o que quer que fosse e a sua forma de escrever só pode enganar os incautos.

A autora não sabe fazer transcrições

Para não ocupar muito espaço, debrucemo-nos sobre a página 25, onde a autora pretende transcrever a Crónica do Padre Jorge de São Paulo¹⁷ (1658).

Permitam-me, para não terem de comprar o livro da “corrigenda”, sem qualquer valor pela sua má qualidade, que transcreva, *ipsis verbis*, o que se encontra no cronista e como transcreveu a autora.

O que se encontra no cronista	Transcrição feita por M. ^a Helena (Araújo)
“No alto monte defronte do convento, para poente, obrou o Padre Reitor António da Ascensão, a primis fundamentis, no ano de 1620, uma ermida da invocação de Nossa Senhora do Socorro, pela devota imagem da Sacratíssima Virgem que o Reverendo Padre Baltazar da Anunciação levou da sua cela onde a tinha em um oratório com notável veneração; e como aposento de tal Senhora se edificou a ermida com toda a perfeição e todo o guizamento, para se celebrar quando a devoção o pedisse; é mui frequentada de gente devota em todos os dias santos e domingos e nela se festeja sua invocação com muita solenidade de música e pregação por ordem dos padres vice-reitores em a festa das Neves. Despendeu nesta obra o dinheiro das lutozas e laudémios -20 mil réis¹⁸.	<i>7.^a A Capela da Senhora do Socorro foi construída pelo Reitor António da Ascensão “a primis fundamentis no ano de 1620 numa ermida da invocação de Nossa Senhora do Socorro pela devota imagem de Sacratíssima Virgem que o reverendo padre Baltazar da Anunciação levou da sua cela onde a tinha em um oratório com notável veneração. O custo da obra terá sido de 625.000 reis. Era muito frequentada aos Domingos e dias Santos, mas a festividade da sua invocação ocorria “com muita solenidade de música e pregação ... em a festa das Neves” sob a égide do vice-reitor a quem competia dirigir a festa¹⁹.</i>

Comparemos, atentamente, as duas transcrições.

¹⁷ Quando referir este cronista vou tratá-lo sempre por Padre Jorge de São Paulo. M.^a Helena (Araújo) chama-lhe Frei. Não é por isto que vem grande mal ao mundo, mas aqui deixo a referência para que não pensem que o erro é meu. A crónica denomina-se: “Epílogo e Compêndio da origem da Congregação de São João Evangelista. E do nascimento, vida e morte dos seus três fundadores. Da fundação dos nove conventos, das suas rendas, encargos e Prelados; e dos onze hospitais da sua administração e de outras memórias. Composto e escrito pelo Padre Mestre Jorge de São Paulo. Reino de Portugal 1658. (Actualizámos a grafia). Esta crónica encontra-se no Arquivo Distrital de Braga, Ms. 924.

¹⁸ SÃO PAULO, Padre Jorge de – *Epílogo e Compêndio [crónica]*, 1658, p. 365, A.D.B. Ms. 924. Nesta citação, como já fizera no meu estudo sobre a Capela da Senhora do Socorro, actualizei a grafia e desdobrei as abreviaturas. Continuarei a utilizar, nos documentos transcritos por mim, a mesma metodologia.

¹⁹ As palavras ou expressões em negrito são da responsabilidade da autora.

M.^a Helena (Araújo) escreve todo o parágrafo em itálico, desde «7.^o até *dirigir a festa*». Deduz-se, à partida, incluindo o próprio “7.^o”, que se trata de uma transcrição e só transcrição. As transcrições fazem-se ou pelo itálico ou pelas aspas. Pela comparação, entre os textos colocados em paralelo, verifica-se que nem tudo se encontra no cronista. Assim:

1.^o. A expressão inicial, em itálico, «7.^o *A Capela da Senhora do Socorro foi construída pelo*», não faz parte do documento.

O que se encontra no documento, no princípio do parágrafo, correspondente à frase mal citada, diz assim: “No alto monte defronte do convento, para o poente, obrou o Padre”.

O texto do cronista não fala em “capela” que, habilidosa mas intencionalmente, a autora quer acrescentar, para criar a confusão entre *capela* e *ermida*. Por outro lado omite, também intencionalmente, “defronte do convento”.

2.^o. M.^a Helena (Araújo) ao chegar à expressão «*a primis ...*» abre comas, como se tratasse de princípio de citação. Porém esta já havia sido introduzida anteriormente pelo itálico, e realmente havia citação verdadeira desde “Reitor”.

3.^o. As comas abertas em «*a primis ...*» não voltam a ser fechadas. Paciência, é fruto da metodologia especial desta autora, especialista em transcrições, que pretende fazer história, sem formação para isso.

4.^o. Depois da expressão «*com notável veneração*», a autora usa um ponto final. No original encontra-se (;) ponto e vírgula. Trata-se de um artifício para introduzir o seguinte: «*O custo da obra terá sido de 625.000 reis*». Esta frase é pura habilidade da autora, não passa de uma astúcia e estimativa de custos inventados, pois não se encontra no citado documento. Era dinheiro a mais para fazer uma pequena ermida. Vou deixar lá mais para diante esta explicação.

5.^o. Continua a pseudo transcrição em itálico. Só que escreve diferente daquilo que está na crónica. O cronista diz: “é muito frequentada de gente devota em todos os dias santos e domingos e nela se festeja sua invocação com muita solenidade de música e

pregação por ordem dos padres vice reitores em a festa das Neves”. A autora da pseudo “corrigenda”, prefere deturpar, por conveniência, e escrever: «*Era muito frequentada aos Domingos e dias Santos, mas a festividade da sua invocação ocorria “com muita solenidade de música e pregação ... em a festa das Neves” sob a égide do vice-reitor a quem competia dirigir a festa*».

Quando estamos a transcrever, a ordem dos factores não é arbitrária. Com efeito, a pseudo historiadora substitui palavras e a ordem das mesmas. Assim, onde diz: «*mas a festividade da sua invocação ocorria*»; devia dizer “nela se festeja sua invocação”. Onde diz: «*sob a égide do vice-reitor a quem competia dirigir a festa*»; devia dizer “por ordem dos padres vice-reitores”. Além disso, a seguir à palavra «*veneração*», sem qualquer indicação de omissão ou reticências (aqui seriam úteis) suprime a parte da crónica, onde consta: “e como aposento de tal Senhora se edificou a ermida com toda a perfeição e todo o guizamento, para se celebrar quando a devoção o pedisse”.

Com esta transcrição e com as omissões verificadas a autora do “escrito” tem objectivos bem definidos, tais como: não falar em ermida; desprezar a perfeição do novo aposento para onde o frade transfere a imagem que tinha na sua cela e não referir que aí se celebrava a missa, para negar, mais à frente, que na ermida era impossível cumprir o legado que determinava a celebração de 11 missas por ano²⁰.

M.^a Helena (Araújo), com os “canudos” que diz ter, devia saber que as aspas ou vírgulas dobradas, ou o itálico, servem para indicar a transcrição rigorosa de um texto e colocam-se no princípio e no final do mesmo. Se não sabe devia aprender, se é que tem intenções em fazer história com rigor.

O documento supracitado, como outros apresentados neste trabalho de M.^a Helena (Araújo), não foi rigorosamente transcrito,

²⁰ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 29.

facto que não proporciona seriedade histórica e cuja interpretação pode deturpar irremediavelmente a verdade. Os documentos são peças importantes para a História, não podem ser “domesticados” e burilados de qualquer maneira, muito menos pelo capricho de quem os trabalha, tal como se fez às pedras para inventar datas.

Pelo tratamento dado às transcrições cai por terra a afirmação que, com ligeireza, a autora garantiu: “A nossa intensão (sic) é publicar os documentos *ipsis verbis*”²¹.

Por outro lado quero lembrar a quem se considera Mestre em Ciências da Educação para o Ensino da Língua Portuguesa que se acentuam todos os vocábulos esdrúxulos. Quero recordar que, quando se pretende que o *i* ou *u* tónicos, dos vocábulos graves, não formem ditongo com a vogal anterior, desde que eles não terminem em sílaba seguida do digrama *nh*, nem pertençam a sílaba terminada em *l*, *m*, *n*, *r* ou *z*, estes têm que se acentuar.

Já que falamos de acentuação, o Arcebispo Primaz não é o Arcebispo Primas²². As sobrinhas e as primas, como os afilhados, são outra coisa. Também, para que registre no seu bloco de apontamentos, o plural de real, moeda, é réis (com acento).

A autora escusava de ter, num trabalho de tão curta dimensão, cerca de duas dezenas de erros de ortografia, alguns graves, pondo em causa a arte e o modo de escrever correctamente as palavras da nossa língua materna, levando os menos avisados, perante o “curriculum” que diz ter, a copiar asneiras.

A propósito, recordo-lhe que, há já bastante tempo, não se acentuam os vocábulos que antes de receberem o sufixo “*mente*” levavam um acento gráfico.

Deixando para trás as transcrições, os acentos e os erros de ortografia, há neste trabalho, no referente à pontuação, algo que é

²¹ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 10. A autora sabe o significado da expressão *ipsis verbis*. Diz-se licenciada em Filologia Românica.

²² IDEM – o. c., p. 24.

deveras preocupante para qualquer leitor. Trata-se do uso dos pontos de reticência (...). É que estes indicam omissão de palavras, deixando à inteligência de quem lê, o vocábulo ou vocábulos que ficaram em suspensão.

Pois imaginem o trabalho intelectual que tem o leitor que queira ler M.^a Helena (Araújo). Ela usou, neste escrito de tão curta dimensão, 77 vezes os pontos de reticência. Recordo, com saudade, um professor do meu tempo de estudante que, quando os seus alunos usavam o *etc.*, no final dos pontos escritos ou das redacções, escrevia a vermelho: “e não sei mais nada”. Aqui, quando a autora não sabe o que dizer, usa os pontos de reticência, porque assim declina a responsabilidade, e o leitor que descubra o que lhe vai na mente.

Já que falo em pontuação, atêntem naquela frase que, por si só, se mais não fora, indica a seriedade da sua investigação e o rigor posto por M.^a Helena (Araújo) nesta sua “*corrigenda*”. Diz assim: *No que se refere à primeira grande festividade, vejamos o que o Cronista Frei Jorge de São Paulo escreveu em 1658*:²³.

E não diz mais nada. Eu estava à espera da descrição, para me deleitar em comparações entre as festividades do passado e as dos tempos modernos. Fui defraudado na minha expectativa. Se a “primeira grande festividade” foi de arromba, limitou-se a dois pontos (:). E sem outra explicação, a autora despacha-nos para novo capítulo.

Que seriedade, crédito, pundonor, dignidade, se pode atribuir a um trabalho destes que pretende ser “*corrigenda*”?

Perdoo-lhe as gralhas que passaram nas revisões de provas, como aquela que se encontra no início da primeira linha da página 29, onde aparece um ponto e vírgula (;) dependurado, qual Judas pendente da figueira, o que aconteceu há dois mil anos.

Estranho que alguém que se diz licenciada em Filologia Românica, com o curso de Ciências Pedagógicas, mestre em Ciências da Educação para o Ensino da Língua Portuguesa, trate tão mal a nossa Língua Materna. Enfim, que a **Senhora do Socorro nos ajude**.

²³ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 26.

IV

AS INVERDADES DE M.^a HELENA (ARAÚJO)

A mentira é como a desgraça; nunca vem só.

A. Vinet

A inverdade não é compatível com as exigências da convivência humana. É a manifestação intencional de falsear, é a vontade de convencer e burlar o interlocutor, para atingir objectivos nebulosos e obscuros que só a mente do falsário é capaz de congeminar. É certo que, como dizia Voltaire, da mentira alguma coisa sempre fica e jamais é possível repor a verdade na sua totalidade, pois é difícil corrigir todos aqueles que foram contagiados pela falsidade e pelo boato.

A autora tinha uma mensagem para transmitir e tentou fazê-lo de um modo indigno, através de falsas afirmações e de declarações dúbias; tentou fazê-lo da feição que julgou ser a mais eficaz, a escrita, porque permanece.

No caso concreto estamos perante falsidades, cujo objectivo a atingir é tão obscuro que nem os mais perspicazes aventam hipóteses. Mas eu sinto-o.

Esqueçamos os erros literários e as transcrições domesticadas e debrucemo-nos sobre as inverdades evidentes de um trabalho que, depois de analisado em pormenor, não passa de uma única e grande falsidade.

Não esqueçam, porém, que a partir de agora tomarei M.^a Helena (Araújo) como historiadora, investigadora se quiserem, crítica de

arte, que se assume como conhecedora de assuntos históricos, capaz de “corrigir” e que tem como objectivo, entre outros, destruir um trabalho que foi feito com seriedade e honestidade, apoiado em documentos verdadeiros. Como tal, M.^a Helena (Araújo) não pode ignorar a história de que fala nem escamotear os documentos que utiliza. No entanto ignora e escamoteia e, por isso, não fala verdade.

– Não fala verdade quando ao fazer a comparação entre a Capela da Casa de Belinho²⁴ e a Capela da Senhora do Socorro, diz que entre as duas “só”²⁵ existe “uma diferença na parte superior na porta principal”²⁶. Só um cego é que não vê que não é assim. (Fig. 6 e 7)

– Não fala verdade quando afirma que a rosácea da Capela da Casa de Belinho ilumina o coro²⁷. Esta Capela não tem coro. (Fig. 10)

– Não fala verdade quando, referindo-se à Capela de Nossa Senhora da Ponte, em Barcelinhos, afirma que o Castelo²⁸ se encontra em frente. Será que se refere ao Paço Condal, ou ao Castelo de Faria?

– Não fala verdade quando afirma que, no estudo *Cruzeiros e Alminhas de Barcelos*²⁹, do qual sou autor, não reparei que as inscrições das portas principal e lateral da Capela da Senhora do Socorro eram decoradas a gosto da época renascentista e as interpretei como sendo de 1812³⁰. No trabalho em causa (*Cruzeiros e Alminhas de Barcelos*) não fiz qualquer referência às inscrições das padieiras da Capela de Nossa Senhora do Socorro.

– Não fala verdade quando afirma que *Cruzeiros e Alminhas de Barcelos* está prefaciado por mim³¹. O estudo em causa, publicado na revista *Barcelos Património*, não tem prefácio e a Nota Prévia, justificativa da publicação, é da autoria do Prof. António Jardim.

²⁴ Esta capela é dedicada a Nossa Senhora do Rosário.

²⁵ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 14.

²⁶ IDEM, *Ibidem*.

²⁷ IDEM, *Ibidem*.

²⁸ IDEM – o. c., p.15.

²⁹ Este trabalho encontra-se publicado na Revista BARCELOS PATRIMÓNIO, n.º 2, ed. da C. M. B., Barcelos, 1994.

³⁰ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 21.

³¹ IDEM – o. c., p. 22.

– Não fala verdade quando afirma que, a propósito das datas, muita gente caiu em “erro histórico” “baseada na investigação do autor de Cruzeiros e Alminhas de Barcelos”³². A Capela da Senhora do Socorro não é estudada nesta publicação.

– Não fala verdade quando põe em causa a afirmação de “que no local terá havido outras ermidas anteriores tendo prevalecido mais tarde uma delas”³³. Afirmei que na “cerca” e não no “local” houve outras ermidas. Limitei-me, neste caso concreto, a citar o cronista quando afirma: “estão na cerca espalhadas algumas destas ermidas edificadas a espertar os ânimos dos religiosos contemplativos, obras todas por artifício dos padres curiosos e de habilidade”³⁴. *Local* e *cerca* não são necessariamente a mesma coisa. Basta consultar o dicionário o que não deveria ser necessário para quem se diz mestre na arte de escrever.

– Não fala verdade quando me atribui a afirmação de que “em 1620 não havia culto, nem festa, nem espaço”³⁵; que “missa cantada e sermão só depois de 1812”³⁶. É pena que não diga onde se encontram estas afirmações. Eu escrevi, de acordo com o cronista, que a festa constava de celebração de missa, sermão e procissão³⁷.

Quanto à alegação que me atribui de que afirmara que “missa cantada e sermão só depois de 1812”, mais uma vez gostaria de saber onde se encontra isso. O que afirmo é que depois de 1812, “começaram a acontecer outros actos, a haver outros intervenientes e o serviço religioso até aí verificado [entenda-se missa cantada, sermão e procissão], transformou-se e tomou as “proporções daquilo que comumente se denomina por *romaria minhota*”³⁸.

– Não fala verdade quando me atribui ter afirmado que o doador dos sinos “foi o maior criminoso” e que chamo “criminosos aos

³² (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 22.

³³ IDEM – p. 28.

³⁴ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 29.

³⁵ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 28.

³⁶ IDEM – p. 27.

³⁷ MATOS, Sebastião – *o. c.*, pp. 27, 31 e 63.

³⁸ IDEM – *o. c.*, p. 63.

diversos doadores”³⁹. Repudio, veementemente, tais afirmações. Não se trata de uma mera insinuação, mas de uma acusação vil, ignóbil e infame. Embora, por diversas razões, pessoalmente, não concorde com a construção da torre, nunca apliquei, neste caso nem noutros, a palavra criminoso. Como é possível inventar tantas patranhas?

– Não fala verdade quando afirma que, segundo a minha opinião, as ermidas feitas por padres curiosos e de habilidade, portanto dentro de muros não necessitavam de qualquer licença do prelado⁴⁰. Escrevi precisamente o contrário: “Naquele tempo as constituições diocesanas não permitiam que se iniciasse qualquer obra de cariz religioso sem que se formulasse o pedido dirigido ao Ordinário diocesano [sabe que o Ordinário diocesano é o Bispo], cuja autorização e respectivo licenciamento era manifestado por escritura pública”⁴¹. Como é que uma senhora é capaz de tanto falsear?

– Não fala verdade quando afirma que nas “ermidas (...) seria de todo impossível cumprir o legado supra de 11 missas”⁴². Como revela tanta ignorância e falta de investigação!

– Há ainda uma série de afirmações gratuitas, as quais me vou dispensar de comentar. Mas há uma que vem ao encontro da vocação incontrolável que a autora evidencia, de atribuir às coisas ou pessoas mais idade do que aquela que elas têm. Nesta perspectiva não deixei de me deslumbrar em plenitude quando afirma: “...e se o monge, que se perdeu na mata do convento a ouvir o passarinho durante 300 anos, tivesse voltado nessa altura e com uma mensagem nova?”⁴³. Fiquei assombrado pela mensagem nova e pelo conteúdo da revelação.

À capela, inopinadamente, consegue dar-lhe mais 193 anos de idade. Ao frade e ao passarinho (um melro) dá-lhe mais 230 anos de abstracção, alheamento e êxtase.

³⁹ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 29 e 30.

⁴⁰ IDEM, – *o. c.*, p. 28.

⁴¹ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 28.

⁴² (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 29.

⁴³ IDEM – *o. c.*, p. 31.

Aconselho-a a ler os cronistas onde pode analisar correctamente a lenda. Assim rezam: “O caso foi, que saindo este abade santo, uma manhã por um sítio que se chama padrão dos pinheiros da franqueira, para com maior quietação nos bens da glória, sucede que chegando àquele posto, se foi enleando de sorte por meio do cantar de um melro, que ficou arrebatado e em êxtase por espaço de setenta anos inteiros sem nunca ser visto...”⁴⁴.

Mas não fiquemos apenas pelo cronista dos Monges Bentos. Vejamos o que escreveu o cronista dos Lóios: “...e nenhum deles conhecia o Santo Abade, nem ele a algum deles. Referiu-lhe o maravilhoso sucesso, e buscando logo o cartório, se achou que havia setenta anos, que daquele convento faltara em tal dia o Abade...”⁴⁵.

De 70 para 300 anos vai um pedaço. A isto chama-se, única e simplesmente, “*rigor*”. É obra. Apetece-me citar Paul Schmit: “O pior de todos os defeitos é não ter consciência deles”.

Diz o povo que quem faz um cesto, faz um cento. Por isso eu deveria ficar por aqui. Tal autora não merece crédito, não tem qualquer autoridade científica e, no trabalho em análise, é nula a sua reputação.

Porque está em causa a minha pessoa, como homem, como professor e como político; porque foi posta em causa a minha honestidade; porque a seriedade é ponto de honra nas minhas investigações, assiste-me este direito de resposta que não enjeito.

Considero que a autora não é doente, não é irresponsável, goza de todos os seus direitos cívicos e é reconhecida para consumir actos públicos. Tem sido escolhida para monitora de acções de formação contínua para professores, em ordem à concessão de créditos e progressão na carreira, diz-se portadora de documentos e dos diplomas que recebeu nas universidades. A autora, forçosamente, há que ser responsabilizada, perante todos, pelos seus actos e pelas suas afirmações.

⁴⁴ SÃO THOMÁS, Fr. Leão de – *Benedictina Lvsitana*, Coimbra, 1644, Trat. II, Cap. XXVI, Do Mosteyro do Salvador de Villar de Frades, p. 403.

⁴⁵ SANTA MARIA, Padre Francisco – *O Ceo Aberto na Terra*, Lisboa 1697, p. 366.

V

A HISTÓRIA E OS SEUS ENREDOS

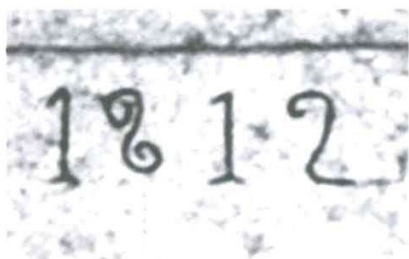
Uma coisa lançou profundas raízes em mim: a convicção de que a moral é o fundamento das coisas; e a verdade, a substância de qualquer moral.

Gandhi

Quando escrevi *A Capela da Senhora do Socorro em Areias de Vilar – Barcelos*, o que procurei provar, baseado em documentos, resume-se em quatro pontos:

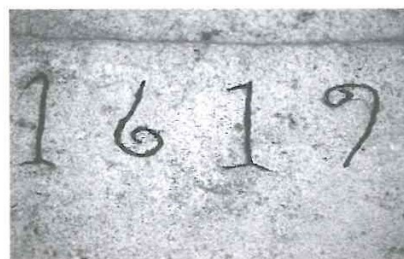
1.º Afirmei que as datas que se encontram nas padieiras das portas foram adulteradas e, se de facto eram algarismos *decorados ao gosto da época*, (como alguém pretende) não havia razões para mudar o que estava bem⁴⁶.

Datas gravadas na padieira da porta principal



Antes do uso do cinzel

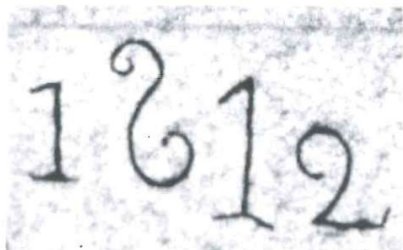
Fig. 1



Depois do uso do cinzel

⁴⁶ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 23 e ss.

Datas gravadas na padieira da porta lateral



Antes do uso do cinzel

Fig. 2



Depois do uso do cinzel

2.º Afirmei que existiu uma ermida, com a invocação de Nossa Senhora do Socorro, a poente do antigo Convento de Vilar de Frades, cuja edificação se verificou em 1620⁴⁷.

3.º Afirmei que a actual capela existente no alto do Monte Redondo, não é a primitiva ermida, mas uma construção do século XIX⁴⁸.



Fig. 3 – Capela de Nossa Senhora do Socorro

⁴⁷ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 27 e ss.

⁴⁸ IDEM – pp. 20 a 45.

Fundamentei a minha prova em nove argumentos, entre outros possíveis, apoiando-me na arquitectura, algarismos, devoção e construção, santuário mariano, memórias paroquiais, bens do convento, livros do registo paroquial, tradição oral e, finalmente, a *modus* de conclusão, que a primitiva Ermida e a actual Capela coexistiram.

4.º Finalmente confirmei que nos séculos XIX e XX se realizaram festas e obras nesta actual capela. Apontei ainda, dentro do direito que me assiste de ter opinião, não sendo, nem pretendendo ser, senhor absoluto da verdade, apontei, dizia, o mau gosto dos arranjos urbanísticos⁴⁹, levados a cabo no último quartel deste século.

Esperava que a tão propalada⁵⁰ “corrigenda” ao meu livro, apresentada por M.^a Helena (Araújo), se baseasse em “documentos históricos renascentistas esclarecedores”, como a própria afirma, capazes de rebater um por um os meus argumentos e que me levassem a concluir que estava errado.

A polémica é salutar; a troca de impressões enriquece; o conhecimento de novos documentos completa a história; a discussão de ideias desenvolve as capacidades e esclarece os espíritos.

Não me envergonho de raciocinar e aprender. Em história, como em quase todas as coisas da vida, podemos mudar de opinião com o aparecimento de novos dados, novos documentos, desde que a força dos argumentos apresentados a isso nos conduza.

Era isto que esperava e é assim que gosto de trabalhar, estudar e discutir.

Fiquei desiludido, pois aconteceu precisamente o contrário. M.^a Helena (Araújo), à falta de provas, acusa-me de ignorância; à falta de saber interpretar, pesquisar e transcrever documentos, acusa-me de os “domesticar”; confrontada com os seus dislates acusa-me de linguagem sem nível nem adequação; quando nada sabe nem mostra

⁴⁹ MATOS, Sebastião, – o. c., pp. 53 e ss.

⁵⁰ (ARAÚJO), Helena Sousa Dias – *Barcelos Mais...*, n.º 3 - 22 de Março de 1997.

capacidade para discutir questões sérias, com honestidade e rigor, acusa-me de “graves fixações psicóticas” e de “extravasar fixações psíquicas”⁵¹. Quando perde os códigos que devem reger as sociedades democráticas, com respeito pelos valores éticos e cívicos, e a predominância do bom senso, acusa-me de “qual D. Quixote sem códigos de honra”⁵², de “incoerente”⁵³ e de fazer “afirmações gratuitas”⁵⁴.

Em vez de “documentos históricos renascentistas esclarecedores” surgem as transcrições erradas, as análises caseiras, a falta de rigor científico, os insultos e o ataque grosseiro, sórdido e vil.

Como já afirmara, perante tal espectro, a minha vontade seria de dar ao desprezo o “escrito” sob a designação de “corrigenda” e não lhe dar resposta.

Porém, novos dados surgem. Os amigos e os que o não são, comentam em público. Enquanto uns duvidam da minha formação académica, da minha personalidade, dos princípios que regem o meu agir, da minha honestidade, do respeito pelos bens alheios e dinheiros públicos, outros são incentivo e apoio para que reponha a verdade.

Perante tal diatribe, calar poderia significar fraqueza ou, no mínimo, conceder o benefício de dúvida à ignorância e estupidez.

André Maurois, afirmou: “quis ver até onde ia a estupidez humana. Concluí que não tem limites”.

Então a verdade ficaria conspurcada, porque esta “corrigenda” é um insulto ao bom senso, à cultura, à investigação e à verdade histórica que tanto prezo e respeito.

Sou obrigado a continuar, pois que um homem pode ser destruído pela maldade dos outros, mas nunca será derrotado se a razão está do seu lado, ainda que a reabilitação esteja para além da morte.

⁵¹ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, pp. 8, 9 e 32.

⁵² IDEM – *o. c.*, p.18.

⁵³ IDEM – *o. c.*, p. 31.

⁵⁴ IDEM – *o c.*, pp. 27 e ss.

VI

ESCLARECIMENTO

Todos nós podemos errar, mas a perseverança no erro é que é loucura.

Zénon

Alguns dos leitores do livro *A Capela da Senhora do Socorro*, com objectivos que não são de todo inocentes, quiseram tirar ilações, a partir da expressão que havia procedido a uma “investigação de carácter urgente”⁵⁵. Também M.^a Helena (Araújo) o afirma em tom depreciativo⁵⁶, confundindo – e nisto não está só –, investigação de carácter urgente com investigação séria, honesta e cuidada. Não discerne entre o que é urgente e o que é importante. É mais uma questão de português e do significado das palavras.

Desta vez espero que não venham afirmar que este trabalho foi feito com carácter urgente, mas não me espantarei se alguns encontrarem outras expressões, adjectivos e atributos que certamente nem ao diabo lembrariam.

Vamos à análise do “escrito” de M.^a Helena (Araújo) a que chamou “corrigenda”.

Confesso que experimentei dificuldades na metodologia a seguir, para rebater tantos erros, para demonstrar tantas incongruências, para desfazer tanta ignorância. Mas, como em tudo na vida, começemos pelo princípio.

A autora inicia o seu arrazoado por uma “Nota ad hoc...”. Esta

⁵⁵ MATOS, Sebastião – *o. c.* p. 13.

⁵⁶ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 8 e 18.

terminologia “ad hoc” teve o seu período áureo a partir da década de sessenta quando, para colmatar falhas, facilitar equivalências e resolver situações anormais, se estabeleceram entre outros “ad hoc” os célebres exames. Foram leis objectivamente preparadas para atender a circunstâncias especiais e para resolver problemas invulgares.

Esta nota “ad hoc...” estaria devidamente enquadrada no seu significado mais puro, se não fosse seguida dos pontos de reticência. É que não consigo descobrir o vocábulo, ou vocábulos que ficaram suspensos e estavam, se estavam, na cabeça da autora.

Apesar de tudo permitam-me que, “ad hoc”, diga a M.^a Helena (Araújo) que a polémica não “nasce com a data da origem da referida Capela”⁵⁷. A polémica, assim lhe quis chamar, nasce pela alteração das datas nas padieiras da Capela da Senhora do Socorro. Aqui é que está o cerne da questão. Ao referir que quero subtrair 200 anos à idade da capela, continua na sua magna teimosia a não querer distinguir capela de ermida, primeira de segunda ou terceira construção, e esquece, maldosamente ou por crassa ignorância, que atribuo a construção da ermida ao ano de 1620.

Estudei epigrafia e paleografia e tenho obrigação de saber alguma coisa sobre este assunto. Se M.^a Helena (Araújo) estudou, por opção ou por obrigação curricular e já esqueceu, deve recorrer, como agora se diz, a um curso de reciclagem.

De início acreditei, uma vez que M.^a Helena (Araújo) não se afirmou leiga na matéria, que a sua “corrigenda”, objecto de reflexão ponderada, sem necessidade de investigação apressada (não é o mesmo que urgente), seria portadora de uma estratégia demolidora capaz de rebater todos os meus argumentos. Que apresentaria, logo nessa nota “ad hoc...”, o travejamento mestre da vigorosa, firme e ponderada argumentação que esperava, dada a publicidade que vinha sendo dada ao “escrito” que se encontrava no prelo.

Qual não foi o meu espanto quando “ad hoc” se limitou a dizer que caluniei, mas não tem coragem de dizer quem; quando menciona o

⁵⁷ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 7.

fecho superior do “8”⁵⁸ (da porta lateral) mas se furta a falar dos “2” e do “8” da porta principal que foram quem mais sofreu com os golpes do cinzel (Fig. 1 e 2); quando me acusa de “domesticar documentos” mas não concretiza um único caso; quando intenta prever “fragilidades de vária ordem” no meu trabalho, mas não identifica nenhuma nem contradiz os meus argumentos.



Fig. 3A – Casamento em 8/12/1973

⁵⁸ A páginas 26 do meu livro, reconheço que o trabalho da falsificação das datas não havia sido completo. Assim afirmo: “na volta superior, ainda lá restam uns sulcos que não se coadunam com o semicírculo das suas [autor moral ou material] presunções. Mais duas marteladas, duas cócegas à pedra e estamos perante a falsificação perfeita, o crime completo”.

Surpreendido fiquei, ainda, quando afirma que procuro a “confusão entre Monte Redondo e Socorro, ermida e capela, dentro e fora de muros, etc.”. M.^a Helena (Araújo) não sabe o que seja toponímia e micro-toponímia, não leu os documentos para saber como os cronistas denominam os edifícios e determinam a sua localização.

Enfim, há sempre quem esteja pronto a julgar os outros e a condená-los, mas sem pensar nos imponderáveis que surgem e nos buracos, autênticas crateras de vulcão, em que podem cair.

O seu trabalho é mesmo tão fraco que nem “propagandeado” merece ser; diz tão mal de si, que se prezasse a honra mandava-o retirar do mercado e fazia a sua recolha entre os amigos a quem o ofereceu.

VII

ARGUMENTOS ARQUITECTÓNICOS

*É mais difícil esconder a ignorância
do que adquirir conhecimentos.*

Rabelais

No meu livro, que tanta confusão causou a M.^a Helena (Araújo), utilizei diversos argumentos tendo em vista provar da existência de uma Ermida sob a invocação da Senhora do Socorro no século XVII, e que a actual Capela, sita no alto do Monte Redondo, era do século XIX. Para isso, para além das fontes escritas existentes em arquivo, utilizei documentos materiais.

Entre aquelas registei os documentos existentes no A.D.B. que me permitiram concluir da construção de uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora do Socorro, em 1620; pelo relato das Memórias Paroquiais a existência da mesma em 1758; através da consulta aos Livros de Registo Paroquial soube que a partir de 1814 alguns mortos foram amortalhados com o hábito da Senhora do Socorro e que, em 1817, houve ofícios fúnebres na Capela da Senhora do Socorro; pelo inventário dos bens do extinto Convento de Vilar de Frades tomei conhecimento que a Capela existente no Socorro, em 1834, era pequena e “feita ao gosto moderno”; e servindo-me das contas (receitas e despesas) e do montante gasto em obras, em 1886, depreendi que a intervenção então feita, poderia ser de tal envergadura que transformou a pequena capela feita ao gosto moderno, na estrutura base que hoje temos.

Pelos documentos materiais, também fontes da História, comparei datas para mostrar diferenças; analisei fotografias para provar que as

datas das padieiras das portas da Capela tinham sido adulteradas e observei, atentamente, a arquitectura da actual capela para afirmar pela apreciação da estrutura e avaliação de todo o conjunto, que esta (a actual capela) só poderia ser do século XIX.

Não desprezei, não podia fazê-lo, a tradição oral e a auscultação das pessoas que sempre observam o que se passa à sua volta.

Na análise arquitectónica, para além de toda uma argumentação fundamentada, afirmei que nada existe de comum entre a Capela da Senhora do Socorro e outras capelas existentes na região, construídas no século XVII e XVIII, e que, ao longo dos tempos, não sofreram obras de vulto que lhes alterassem a estrutura.

M.^a Helena (Araújo), com o subtítulo “Estilo”, pareceu-me que quis agarrar este argumento, como tábua de salvação.

Assegura ter consultado “um professor da Faculdade de Arquitectura do Porto, que rege a cadeira de História de Arte em Portugal”⁵⁹ para colher a sua opinião sobre a idade desta capela. Só que nesta questão de pedir pareceres a professores universitários, quando existem na mesma Faculdade vários, a regerem a mesma cadeira, para haver alguma credibilidade, o mínimo que se exige é dar a conhecer o nome da pessoa em causa. Se é verdade que algum dos professores da Faculdade de Arquitectura do Porto o disse, certamente que o assumiria publicamente.

Eu esperava que, através dos elementos estruturais e arquitectónicos existentes no alto do Monte Redondo, em Areias de Vilar, ela contrariasse as minhas conclusões e provasse que a Capela da Senhora do Socorro não é do século XIX.

Porém, para atingir os seus objectivos, em vez de analisar o existente, refutar os meus argumentos e impugnar as minhas afirmações, segue, com todo o direito, um caminho diferente, procurando encontrar semelhanças entre Capela da Senhora do Socorro e outras datadas de séculos anteriores. Assim compara-a com a Capela da Casa de Belinho, pertença da família Correia de Oliveira e com a Capela de Nossa Senhora da Ponte, em Barcelinhos.

⁵⁹ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 14.

A CAPELA DA CASA DE BELINHO

*Já é saber muito quando se sabe
que não se sabe nada.*

Fénelon

A Capela de Nossa Senhora do Rosário da Casa de Belinho⁶⁰, abreviadamente Capela da Casa de Belinho, está situada na freguesia de São Paio de Antas, concelho de Esposende, na encosta de um pequeno monte, chamado da “Cividade”, ou da “Suvidade”, fronteiro à Casa de Belinho. É fácil chegar até lá para *in loco* verificar as “semelhanças” apresentadas pela autora (em vez de semelhanças prefiro dizer diferenças), entre esta Capela e a Capela da Senhora do Socorro.

Afirma tratar-se de uma capela “que data de 1593”⁶¹. Aqui encontrei um erro e bem destacado a negrito. Para quem pretende corrigir datas, ao menos nesta perspectiva devia ser rigoroso. Por isso lamento que, logo no primeiro período deste subtítulo, se tenha enganado. De facto esta capela já se encontrava concluída em 1592, tendo sido “requerida a licença do Ordinário para nela se poder dizer missa, em 14 de Dezembro desse mesmo ano”⁶².

Com convicção, persuadida de possuir toda a verdade, M.^a Helena (Araújo), aludindo à capela da Senhora do Socorro e à Capela da Casa

⁶⁰ OLIVEIRA, A. Nuno Correia d’ – *A Capela de Nossa Senhora do Rosário da Casa de Belinho*, Boletim Cultural de Esposende, n.º 3, Junho de 1983. As citações referentes à Capela da Casa de Belinho tem por base o estudo supracitado. Em 1983, pertencendo à Comissão Instaladora da Casa da Cultura de Esposende, acompanhei de perto o processo em que os proprietários da Capela estudaram a possibilidade da sua classificação como de interesse público.

⁶¹ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.* p.14.

⁶² OLIVEIRA, A. Nuno Correia d’ – *o. c.*, p. 9 ss.

de Belinho diz que nas “duas é notável a mesma sobriedade e calma, a mesma cruz, o mesmo alpendre forrado a madeira e assente em colunas de pedra, a mesma rosácea a iluminar o coro, a mesma forma de suporte dos sinos, as mesmas pedras cónicas no telhado e só uma diferença na parte superior na porta principal em que a Capela de Belinho apresenta arco e a nossa sem arco...”⁶³.

Se não fosse o respeito que tenho pelos leitores escusava-me a comentar tais afirmações. Melhor fora que o interessado e amigo da verdade visitasse uma e outra capela, na certeza de que, estupefacto, exclamaria: onde estão as semelhanças?

Estabeleçamos, porém, baseados na sua descrição, um paralelo entre os elementos arquitectónicos existentes num e noutro lado.

“A mesma cruz”

Na Capela da Casa de Belinho existem duas cruzes trilobadas, com a parte superior de reduzida altura, uma na cabeceira e outra no frontaria.



Fig. 4 – Cruz e coruchéu da frontaria da Capela da Casa de Belinho

⁶³ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p.14.

Na Capela da Senhora do Socorro são quatro as cruzes, todas são diferentes e nenhuma delas (como na Capela da Casa de Belinho) é trilobada. Porque o telhado tem dois volumes (o que não acontece na Capela de Belinho) existe a cruz do frontispício, alta e com pontas levemente aguçadas; outra a meio da capela, sobre o arco cruzeiro, com pequenas ornamentações nas pontas; a terceira, uma pequena cruz sextavada, encontra-se sobre cabeceira e, finalmente, por cima de uma das sineiras pode observar-se a cruz latina.



Fig. 5 – Cruz e coruchéu da frontaria da Capela do Socorro



Fig. 5 A – Cruz e coruchéu da cabeceira da Capela do Socorro

Na Capela da Casa de Belinho são duas cruzes iguais, enquanto que na Capela da Senhora do Socorro são quatro e todas diferentes. Onde está a semelhança?

“O mesmo alpendre, forrado a madeira e assente em colunas de pedra”

Na Capela da Casa de Belinho o alpendre é baixo e sustentado por oito colunas de granito. Cada coluna é composta por três elementos: base, fuste cilíndrico e capitel. As colunas apoiam-se sobre um balcão em volta do qual corre, interiormente, um banco de pedra, para apoio aos romeiros. No canto superior sul, junto à porta principal, ergue-se um púlpito, em granito, de forma cilíndrica, da mesma época. O chão é feito de largas lajes de pedra. O acesso ao alpendre faz-se por duas entradas: uma fronteira à porta, outra no canto superior norte, onde o balcão foi interrompido.



Fig. 6 – Alpendre da Capela da Casa de Belinho



Fig. 7 – Alpendre da Capela da Senhora do Socorro

Na Capela da Senhora do Socorro o alpendre é mais alto e o balcão de apoio às colunas é mais baixo e de aparelho diferente. O alpendre é sustentado por 8 pilares em cimento (não em pedra), como tal quadrangulares (ao contrário das colunas que são cilíndricas), sem os característicos base, fuste e capitel. Não tem púlpito, não tem bancos de pedra à volta do balcão, não tem dois mas três acessos, não tem lajedo no chão. O pavimento, até há poucos anos atrás, era em terra batida, hoje encontra-se cimentado. Onde está a semelhança?



Fig. 8 – Pormenor do alpendre da Capela da Casa de Belinho

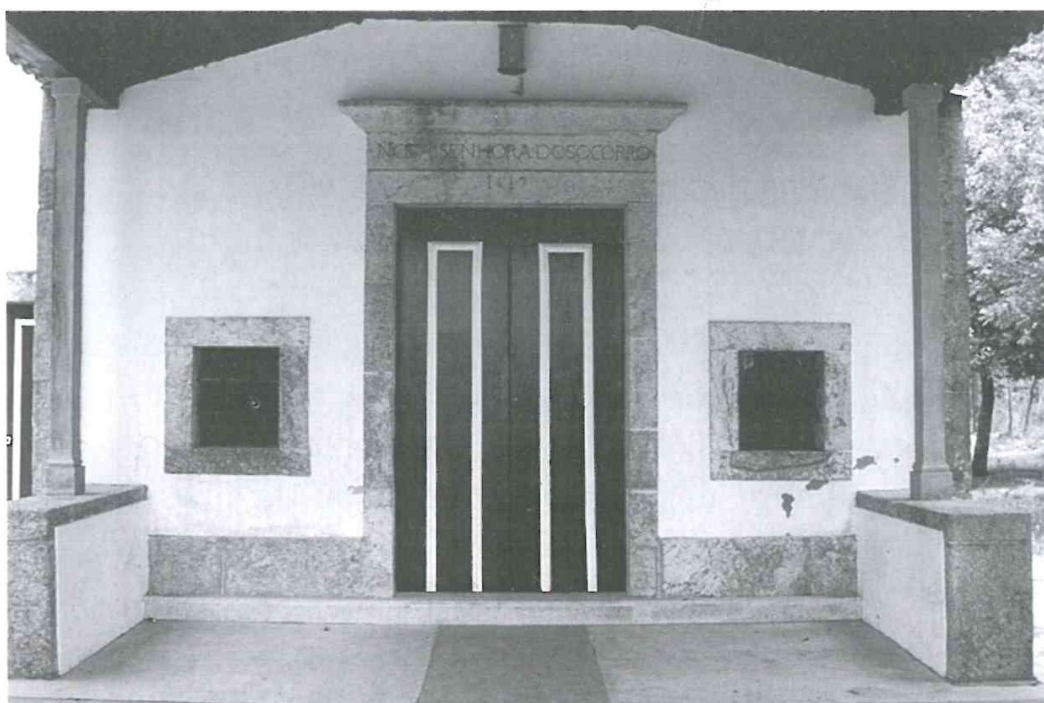


Fig. 9 – Pormenor do alpendre da Capela da Senhora do Socorro

“A mesma rosácea a iluminar o coro”

Na Capela da Casa de Belinho existe um óculo frontal, não uma rosácea, sobre o alpendre, com cerca de 0,32 m de diâmetro, proporcional ao volume da frontaria. Segundo a autora destina-se a iluminar o coro. Esta capela, ao contrário do que ela diz, não tem coro.



Fig. 10 – Interior da Capela da Casa de Belinho (não tem coro)



Fig. 11 – Interior da Capela da Senhora do Socorro (observar o coro)

Na Capela da Senhora do Socorro o óculo frontal, sobre o alpendre, tem de diâmetro 0,98 m (três vezes mais), e aqui é realmente para iluminar o coro.

Onde está a semelhança?

“A mesma forma de suporte dos sinos”

Na Capela da Casa de Belinho, a sineira, em arco abatido decorado, está colocada na parede lateral. É assim na maioria das capelas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Nesta época, quando a sineira não se encontrava na parede lateral (quase sempre do lado esquerdo de quem entra) era colocada ao centro da frontaria.

Na Capela da Senhora do Socorro há duas sineiras, em arco de volta perfeita, sendo uma delas encimada por uma cruz latina, e colocadas de frente, sobre a porta da sacristia, e não na parede lateral nem ao centro do frontispício.

Onde está a semelhança?

“As mesmas pedras cónicas no telhado”

Os coruchéus da Capela da Casa de Belinho são substancialmente diferentes dos que se encontram na Capela da Senhora do Socorro. Diferem no número: numa quatro, noutra seis. Diferem na forma: os da Capela da Casa de Belinho são em forma de cone, e de pouca altura entre a base e o vértice (Fig. 4). Os coruchéus da Capela da Senhora do Socorro formam duas séries: os da frontaria são em forma de pirâmide, com uma altura razoável entre a base e o vértice (Fig. 5); os restantes quatro, nem são em forma de cone nem de pirâmide, mas em forma de pinha, sobre uma esfera (Fig. 5-A). Os pilares dos coruchéus, em Belinho, são quadriláteros largos e baixos; os pilares dos coruchéus, no Socorro, são em forma de paralelepípedo recto, altos e elegantes, com molduras nas partes inferiores e superiores.

Onde está a semelhança?

A autora queria provar que as duas capelas eram iguais, na essência e na forma, apontando apenas como única diferença “a parte superior na porta principal”. Ficou-se pelo exterior, e já aí se podem verificar as significativas diferenças existentes entre as duas. Porém, esqueceu-se de entrar dentro de uma e outra capela, para aí anotar as restantes disparidades.

A Capela da Casa de Belinho não tem coro, não tem sacristia lateral, não tem aberturas (frestas) de cada lado da porta principal, não tem púlpito interior. Entra-se por “uma porta em arco de volta inteira, de pura traça quinhentista, que serve de moldura a duas pesadas portadas em castanho de estilo joanino”⁶⁴ (Fig. 8 e 10).

Na Capela da Senhora do Socorro entra-se por uma porta rectangular, de friso e cornija diminuta, com uma portada simples sem qualquer elemento artístico, ladeada por duas aberturas gradeadas. Tem coro, tem sacristia lateral que não é um acrescento arquitectónico, tem púlpito em granito, de forma rectangular, com grades em madeira (Fig. 9 e 11).

Na Capela da Casa de Belinho, o pavimento é em lajes de granito e o tecto em abóbada de arco ligeiramente abatido rebocado a argamassa, pintado de branco, que se apoia numa pequena cornija de pedra. O arco cruzeiro é levemente abatido, acompanhando a abóbada, enquanto que o arco que recebe o altar, em talha dourada, é fortemente abatido. Entre o corpo principal e a capela mor existe um degrau (Fig. 12).

Na Capela da Senhora do Socorro, o chão é em pedra serrada e o tecto é em madeira, de tábua corrida, sem qualquer ornamentação, apoiado em cornija de madeira. O arco cruzeiro é de volta perfeita não acompanhando a abóbada, bastante alto e com fecho saliente. O pavimento da capela-mor está ao mesmo nível do corpo principal, apenas se encontrando o altar a um nível mais elevado (Fig. 13).

⁶⁴ OLIVEIRA, A. Nuno Correia d' – *o. c.*, p. 8.



Fig. 12 – Interior da Capela da Casa de Belinho



Fig. 13 – Interior da Capela da Senhora do Socorro

A Capela da Casa de Belinho, com telhado num único volume, não tem beirada, aparecendo a cornija como limite superior da cércea, colocada directamente sobre a parede de alvenaria.



Fig. 14 – Capela da Casa de Belinho

Na Capela da Senhora do Socorro o telhado desenvolve-se em dois volumes, sendo o do corpo principal mais alto. A cornija está colocada sobre um friso, e recebe a beirada do telhado (Fig. 3).

Mas há mais. Para além do aparelho de uma e outra capela ser totalmente diferente (os pedreiros sabem do que estou a falar), a Capela da Casa de Belinho não tem cunhais na frontaria, e no corpo principal existem duas frestas, uma de cada lado, com 30 cm de alto por 10 cm de largo. Na Capela da Senhora do Socorro todos os cunhais são construídos em pedra trabalhada e as janelas do corpo principal têm 1,65 m de alto, por 0,55 m de largo.

Como corolário, podemos ainda afirmar que a volumetria de uma e outra não tem comparação possível.

Se no exterior não encontramos semelhanças, no interior também não as descobrimos.

Consideradas que foram as diferenças, julgo ser evidente que, arquitectonicamente, mesmo para leigos na matéria, uma capela nada tem de comum, nada tem a ver com a outra. Se M.^a Helena (Araújo), queria provar semelhanças entre a Capela da Casa de Belinho (século XVI) e a Capela da Senhora do Socorro, escolheu muito mal o protótipo.

É evidente e impossível que a Capela da Senhora do Socorro, com menos duzentos e vinte anos de idade, fosse semelhante, muito menos igual à Capela da Casa de Belinho.

Mas avancemos mais um pouco nesta apreciação. No meu estudo sobre a Capela da Senhora do Socorro, a determinado passo escrevi: “A importância de uma devoção mariana no século XVI e seguintes, mede-se pela existência da confraria e consequente dinâmica imprimida pela Mesa. Pode mesmo dizer-se que a confraria é a imagem do culto e reflecte a influência da devoção no meio”⁶⁵. Mais à frente afirmei: “A importância da Ermida da Senhora do Socorro, não foi tão expressiva que tivesse sido objecto de erecção de uma confraria, nem no século XVII nem nos seguintes”⁶⁶. Referi então, como corolário da minha prova, as confrarias seculares de Nossa Senhora da Franqueira, em Pereira e de Nossa Senhora da Ponte, em Barcelinhos.

As verdadeiras devoções levavam o povo a construir as capelas à sua custa, com as suas esmolas, promovendo o culto e fundando confrarias. M.^a Helena (Araújo) com a sua “*corrigenda*”, até neste pormenor me vem dar razão e confirma o que então escrevi. É, pois, verdade que na Capela da Casa de Belinho foi erecta a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, em 1595, à qual aderiram os fregueses das paróquias de São Paio de Antas e de Belinho⁶⁷.

A autora revela que desconhece a história da Capela da Casa de Belinho, que não leu o meu trabalho sobre a Capela da Senhora do

⁶⁵ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 47.

⁶⁶ IDEM – *o. c.*, p. 48.

⁶⁷ OLIVEIRA, A. Nuno Correia d’ – *o. c.*, p. 10.

Socorro, que não investigou nada, que se alguma vez olhou para as Capelas em confronto, as viu muito mal.

Para finalizar afirmei no meu estudo que “as construções religiosas da Idade Média e Moderna, salvo raras exceções, tinham orientação nascente/poente”⁶⁸. Acrescentei que a Capela da Senhora do Socorro, porque do século XIX, não obedeceu a esta regra. A autora desprezou esta informação, mas, para que saiba, informo-a que a Capela da Casa de Belinho está mesmo voltada para o mar, com a orientação nascente/poente, tal e qual como as outras capelas da minha terra, S. João, S. Sebastião, Santa Maria Madalena e a Igreja do Convento de Vilar de Frades, porque são muito anteriores à Capela da Senhora do Socorro. É mais uma para digerir. “A ignorância é a escuridão do espírito: quanto maior é, menos vê”.

⁶⁸ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 34.

A CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PONTE

*Todos se queixam da falta de memória;
ninguém da falta de juízo.*

La Rochefocauld

Se a autora não conhece a história da Capela da Casa de Belinho, embora tenha vivido durante vários anos na freguesia de Forjães que confina com a de São Paio de Antas, não compreendo muito bem como vai buscar a Capela da Senhora da Ponte, em Barcelinhos, para a comparar com a Capela da Senhora do Socorro, em Areias de Vilar. Sempre pensei que conhecia esta melhor que a outra.

Não concebo como tenha tido coragem e consciência de chamar a estas duas capelas da mesma época. Recuso-me a apresentar as diferenças entre uma e outra, porque a Capela de Nossa Senhora da Ponte é de todos conhecida, nacionais e estrangeiros, é um *ex-libris* da cidade; a Capela da Senhora do Socorro foi apresentada quer no meu primeiro livro, quer na comparação que foi feita com a Capela da Casa de Belinho.

Basta olhar, com observação minimamente atenta, para concluir que são totalmente diferentes: está em causa a estrutura, o aparelho, o comprimento, a largura, os cunhais, as colunas, a volumetria, todas as particularidades arquitectónicas, a orientação (nascente/poente) e, no interior, a ausência de coro, sacristia, púlpito, enfim um mar de diferenças.

Há, porém, uma semelhança. Como antes da construção da actual Capela da Senhora do Socorro, do século XIX, existiu uma ermida do século XVII, também antes da actual Capela de Nossa Senhora da Ponte, do século XVII, existiu uma primitiva construção do século XIV.



Fig. 15 – Capela da Senhora da Ponte

A segunda construção da Capela da Senhora da Ponte, aquela que ainda hoje existe na sua essência, ter-se-á verificado entre 1640 e 1650⁶⁹.

Reportando-me à pretensa “corrigenda” julgo que a autora deveria estar a delirar quando consegue trazer à baila o imperador francês Napoleão 1º, como se ele tivesse vindo a Barcelinhos ou mandado cá algum dos seus arquitectos, para visitar a Capela de Nossa Senhora da Ponte, a fim de servir de exemplar “miniatura (nas suas

⁶⁹ FARIA, Abílio Mariz de – *A Capela e o Culto de Nossa Senhora da Ponte*, Barcelos Património, Ed. C. M. B. , 1995, p. 41.

infimas [sic] proporções”⁷⁰ para a construção de uma igreja francesa. Napoleão tinha mais que fazer.

Para se esclarecer sobre “a sua remotíssima origem [Capela da Senhora da Ponte], com posteriores modificações”⁷¹ recomendo a M.^a Helena (Araújo) o estudo do Dr. Abílio Mariz de Faria, publicado no n.º 3, Barcelos Património, 1995. Este estudo vai-lhe ser útil e ultrapassa de longe o documento que serviu de base às suas cogitações e fantasias. Pelos documentos apresentados, pelas fotografias, plantas, alçados, azulejaria, verificará que a Capela de Nossa Senhora da Ponte nada tem de comum com a Capela de Nossa Senhora do Socorro.

M.^a Helena (Araújo), se bem entendo, baseada numa pintura de meados do século XIX, diz que as típicas colunas da “galeria circundante acrescentada exteriormente ao pequeno edifício primitivo”⁷² já existiam nesta época (século XIX).

Fico sem saber a que época atribui estas colunas e qual a relação entre a pintura do século XIX e a colocação das colunas na “galeria circundante”. Sei, porém, disto não tenho dúvida, que na Capela da Senhora do Socorro não existem colunas.

Uma coisa é certa: a primitiva capela da Senhora da Ponte foi construída na primeira metade do século XIV. Posteriormente foi demolida na sua totalidade, dando origem à construção da actual capela⁷³.

Também no meu trabalho, que parece tanto ter incomodado M.^a Helena (Araújo), afirmei que “a primitiva Ermida sofreu remodelações ao longo dos anos e deu lugar a uma outra construção no lugar do Monte Redondo”⁷⁴.

⁷⁰ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., 15.

⁷¹ IDEM, *Ibidem*.

⁷² IDEM, *Ibidem*.

⁷³ FARIA, Abílio Mariz de – o. c., pp. 40 e 41.

⁷⁴ MATOS, Sebastião – o. c., p. 44.



Fig. 16 – Capela da Senhora da Ponte

Certamente, agora, vai ler o meu estudo, vai reflectir e ponderar sobre o que escreveu, vai ler os trabalhos publicados sobre as três capelas (Socorro, Belinho e Barcelinhos), vai visitá-las, observá-las para as poder comparar, e verificará que as diferenças são tais e tantas que a Capela da Senhora do Socorro não é da mesma idade das outras, é mais recente, é mesmo do século XIX, e as datas que se encontravam nas padieiras das portas, agora violadas, são mesmo 1812. Se o fizer então, a sua “corrigenda” sempre terá tido alguma utilidade, mas só para si, contribuindo para aumentar os seus conhecimentos sobre o assunto.

Depois deste trabalho de investigação e observação, chegará à conclusão que, inadvertidamente, já avançou: “Poderíamos documentar e referir as características dos monumentos do século XIX que, num espaço de 200 anos muito diferem das capelas atrás apresentadas”⁷⁵. Ora sendo as capelas “atrás apresentadas” as de Belinho e da Senhora da Ponte, com esta afirmação, já reconheceu que a Capela da Senhora do Socorro, afinal só pode ser do século XIX.

Assim admito que, nas páginas 15/17 do seu “escrito”, encontrei uma afirmação verdadeira – o seu a seu dono. Fez algum progresso, embora sem o pretender.

Na sequência deste progresso, abdicou de tudo quanto atrás tinha dito (só não retirou os insultos e os erros) para, num aceno de lucidez e bom senso, se “alegrar que, na Capela da Sr.^a do Socorro há duas padieiras renascentistas”⁷⁶

Mas que grande conclusão a que chegou. De uma capela, com uma área superior a 100 m², M.^a Helena (Araújo) e seus sequazes que tanto lutam para que seja do século XVII, já se alegra por ainda restarem duas padieiras, cognominadas, segundo a autora, de renascentistas.

E será assim? Se assim fosse, outra coisa não poderia exclamar: “a montanha pariu um rato”.

Mas, para sua decepção, as padieiras existentes nas portas desta capela estão datadas de 1812.

Porém, nós sabemos e aqui lhe deixamos a informação, que nas construções muitas vezes se reutilizam elementos de edifícios anteriores. Isto poderia ter acontecido na actual Capela da Senhora do Socorro, (século XIX) com a reutilização de elementos de uma primeira ou segunda ermida da Senhora do Socorro, de outras ermidas e de outras construções existentes na cerca do antigo Convento.

No caso concreto, não foram as padieiras que foram reutilizadas. Porém, podemos admitir que a pedra com uma inscrição, que se

⁷⁵ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p.15.

⁷⁶ IDEM – *o. c.*, p. 19.

encontra por cima da padieira da porta lateral, a sobrepadieira, poderá ser um elemento reutilizado.

Esta nossa conjectura baseia-se na diferença que existe entre as duas inscrições que se podem ler sobre cada uma das portas. Se na porta principal não há dúvida que se trata de uma inscrição do século XIX, (NOSSA SENHORA DO SOCORRO), na porta lateral, pela grafia, (S. M.^A SV©VRRE MISERIS) pode admitir-se ser anterior. Porém, para os que buscam a verdade, a existência de uma pedra reutilizada, mesmo com uma inscrição, não indica, de modo algum, a data de construção de qualquer edifício.



Fig. 17 – Porta Lateral

VIII

DOCUMENTOS ANTIGOS E MODERNOS

*Tenho o hábito de não falar
daquilo que ignoro.*

Sófocles

Já afirmei que, no meu trabalho *Cruzeiros e Alminhas de Barcelos*, nunca referi a data de 1812, relativa à Capela da Senhora do Socorro, como me acusa a autora da dita “corrigenda”⁷⁷. Não posso, porém, deixar de referir aqui Teotónio da Fonseca, monografista incontroverso do Concelho de Barcelos, que calcorreou todas as suas freguesias, que tinha grande preocupação em não errar, sabia ler as inscrições, era bom intérprete da arquitectura civil e religiosa, e que, apesar de ter escrito o seu *Barcelos Aquém e Além Cávado* na década de 30, com nova edição em 1948, nunca até hoje alguém escreveu, em trabalho semelhante, melhor sobre todas as freguesias do concelho.

Teotónio da Fonseca esteve em Areias de Vilar, freguesia que conhecia bem e, referindo-se à Capela da Senhora do Socorro, diz: “De reconstrução moderna ergue-se no cimo de um bem lançado escadório. Na padieira da sua porta principal vê-se gravada a seguinte inscrição: *Nossa Senhora do Socorro 1812*”⁷⁸.

⁷⁷ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 21.

⁷⁸ FONSECA, Teotónio – *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*, II, Barcelos 1987, p. 37.

Nunca ninguém, em tempo algum, pôs em causa esta afirmação de Teotónio da Fonseca. Daí que a autora não fale verdade, quando afirma que foi com base na obra *Cruzeiros e Alminhas de Barcelos*, onde não existe qualquer referência a este assunto, que se começou a ler aquela data como 1812⁷⁹.

Porém, a expressão de “reconstrução moderna”, produzida por Teotónio da Fonseca, vem reforçar tudo quanto escrevi sobre a data da construção da actual Capela da Senhora do Socorro.

Em 1834, no inventário dos bens do Convento de Vilar de Frades, diz-se que a capela “é pequena, mas feita ao gosto moderno”⁸⁰. Moderna, porque foi construída 22 anos antes, em 1812, a data que sempre esteve, agora mutilada, nas padieiras das duas portas.

Teotónio da Fonseca, quando visitava as freguesias na década de 30, para fazer a sua monografia, como bom observador que era, já não diz tratar-se de uma capela pequena feita ao gosto moderno, mas afirma que tem gravada a data de 1812 na padieira da porta e é de “reconstrução moderna”.

A palavra *reconstrução* vem de encontro a tudo quanto escrevi e mantenho. A construção da actual Capela é do século XIX, mas foi reconstruída com as obras realizadas em 1886. Avancei, no meu estudo, com a hipótese da actual capela ter sofrido, nesta data um aumento, baseado em quatro pressupostos: O montante gasto, a movimentação de terras, a confronto entre a descrição de 1834 e a realidade presente e as diferenças de alguns dos elementos decorativos. Admitimos mesmo o aumento de volumetria e a feitura do coro nesta ocasião⁸¹.

Deixando esta prova, volto de novo ao cerne da questão: a alteração das datas que se encontravam nas padieiras. Daí que M.^a Helena (Araújo), de mal com a sua consciência, lá vai dizendo que “em 1995,

⁷⁹ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 22.

⁸⁰ A.N.T.T. – *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Cat. N.^o 439, Cx. 2264, doc. 8, fl. 20.

⁸¹ MATOS, Sebastião – o. c., pp. 55 a 58.

ao limpar as paredes e cantaria novamente foi decalcado o baixo relevo, mas já corrigido na parte destacada, deixando sem destaque (tinta) o que era apenas decorativo”⁸².

Por que razão deixaram sem destaque o que era apenas decorativo?

É simples. Parte do dito decorativo, que não era decorativo mas real baixo relevo, já lá não existia. Já havia entrado o cinzel, ou qualquer outro instrumento cortante, quer queiram quer não.

Basta observar a pedra para concluir como esta foi afagada, com profundidade, na parte inferior do “2”. O “2” está irremediavelmente perdido para um “9”, nas duas padieiras (Figuras 1 e 2).

Os “8” foram adulterados, numa e noutra padieira, de modo diferente, porque também eles eram diferentes. Aliás é evidente, para quem conhece como trabalhavam e trabalham os canteiros e pedreiros, que não foi o mesmo artista que, em 1812, gravou as respectivas datas nas duas padieiras. Cada um trabalhava as suas pedras. Assim nos “8”, apesar dos arranjos nas partes inferiores, ainda lá ficara um sulco na parte superior da porta lateral (figura 2). No referente à porta principal o sulco da parte superior do “8” foi disfarçado de modo a que já se não possa ler (Fig. 1). Basta observar no local. Basta comparar as fotografias. Foram estes pormenores que me levaram a afirmar, em tempo oportuno, que o crime ainda não estava completo e a falsificação não tinha sido perfeita⁸³.

Confrontem a fotografia tirada em 8 de Dezembro de 1973, num casamento, com a fotografia tirada após 1995. Os fotógrafos estão vivos para testemunhar a veracidade das mesmas. Os personagens são vivos e conhecidos. Há diferenças que só um cego é que não vê e também aqueles que não sendo cegos fecham os olhos à verdade.

⁸² (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 22.

⁸³ MATOS, Sebastião – *o. c.*, p. 26.

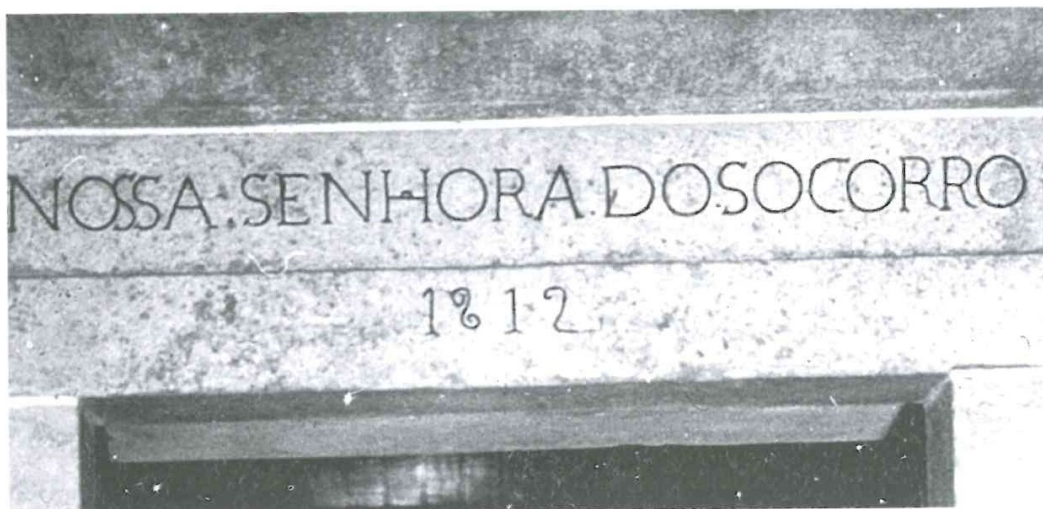


Fig. 18 – Porta Principal (em 1973)

As datas foram adulteradas. Sou eu quem o afirma, sem medo de errar, sem ideias fixas, porque conheci a realidade antes e no presente. Afirmam-no muitos moradores de Areias de Vilar que, conscientes e responsáveis, pessoas honestas e sérias, não se deixam enganar. Confirmam-no as fotografias tiradas antes e depois do crime. Atestam-no todos aqueles que, não conhecendo a realidade antes, sabem observar e, examinando com atenção o presente, reconhecem que por ali andou o cinzel. Não é difícil chegar a esta conclusão.

Saiba M.^a Helena (Araújo) que não há qualquer “motivo, bem aproveitado para a invenção do cinzel criminoso”⁸⁴. Há a verdade e só a verdade.

Se M.^a Helena (Araújo) é conhecedora dos factos, que os declare; se os ignora, que não assuma. Mas contra factos não há argumentos. Já Maquiavel dizia: “Todos vêem o que tu pareces, poucos sentem o que tu és”.

E não quero admitir, recuso-o terminantemente, que o “investigador que encontrou a documentação sobre a capela [leia-se ermida] a

⁸⁴ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 22.

que os encarregados do Santuário [leia-se capela] tiveram acesso”⁸⁵ fosse o impulsionador do uso da tinta e muito menos do uso do cinzel.

A autora, neste parágrafo, mais uma vez, como fizera com o arquitecto, não diz quem foi o investigador que encontrou a documentação, para sabermos se ele assume tudo quanto ela escreveu. Por outro lado, pretende criar dúvidas entre os leitores menos atentos, confundindo *ermida* com *capela* para, num malabarismo megalómano, lhe chamar *santuário*.

De seguida, M.^a Helena (Araújo), no subcapítulo “Dados Históricos” afirma apresentar sete documentos, “que testemunham ter sido esta Capela construída (sic) no ano de 1620”⁸⁶. Diria melhor se afirmasse que vai utilizar sete argumentos, porque os documentos não são sete. Talvez a autora não se tenha preocupado com a consulta dos mesmos para não confundir documentos com argumentos, ou falsos argumentos.

Já sabemos todos nós, já neste trabalho ficou provado, que M.^a Helena (Araújo) não percebe nada de transcrições.

Comparemos entre o que ela escreveu e o que se encontra no documento.

1. Assim onde ela diz: “...escreve o reitor de Vilar de Frades ao Arcebispo de Braga a pedir autorização para construir *hum* *hermida*...”. No documento lê-se: “Dizem o P.^e Reitor e os mais padres do Convento de Vilar de Frades que eles por sua consolação e devoção querem edificar agora de novo uma ermida...”⁸⁷.

A diferença está entre pedir autorização e a manifestação de uma vontade; entre a vontade de um (o reitor), e a vontade de todos (o P.^e Reitor e os mais padres); entre construir e edificar de novo uma ermida.

⁸⁵ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 22.

⁸⁶ IDEM – o. c., p. 23.

⁸⁷ A.D.B. -- *Fundo Monástico Conventual*, L. 24, f. 26.

2. Onde diz: “*Obrigando-se a fábrica da ermida se lhe concedera a licença que pedem*”⁸⁸. No documento está: “Obrigando-se a fábrica da ermida se lhe conceda a licença que pedem”. A diferença está entre o passado (concedera) e o presente do conjuntivo (se lhe conceda ou lhe seja concedida). Este *se* é uma palavra apassivante.

3. No ponto 2.º a autora afirma: “Em 17 de Janeiro de 1620 o reitor de Vilar escreve ao Arcebispo a confirmar a sua obrigação e do seu convento de construirem (sic) à sua conta, a capela do Socorro”.

A citação correcta, encontra-se no verso do documento supracitado. Diz assim: “Satisfazendo ao despacho atrás escrito, do Ilustríssimo Primaz, eu António da Ascensão Reitor deste Convento de Vilar de Frades com os mais religiosos dele, nos obrigamos à fábrica da ermida de que se trata na petição atrás para se conceder a licença da erecção dela”.

A autora da “*corrigenda*” embora não produza o parágrafo do ponto 2º sob a forma de citação não é fiel ao espírito do despacho. Com efeito fala em capela, quando o documento refere ermida e responsabiliza o reitor, quando este assume juntamente com “os mais religiosos”.

4. M.^a Helena (Araújo) continua a deixar o essencial e afirma: “...em 9 de Fevereiro desse mesmo ano [1620] se estabelece notarialmente a obrigação dos padres de Vilar se responsabilizarem pela construção daquela capela *de todo o necessário que ouiver mister e pera iso obrigavão os beins do dito mosteiro*”⁸⁹

Mais uma vez a transcrição não está correcta. O documento aqui referido diz que “eles ordenavam de fazerem junto do mesmo mosteiro uma ermida da invocação de Nossa Senhora do Socorro e que para o efeito de a poderem fazer lhe estava ordenado pelo Senhor Arcebispo Primaz que se obrigassem os bens do convento”⁹⁰.

A autora continua a chamar-lhe “capela”, quando no documento se diz “ermida”; esquece, intencionalmente, a expressão “fazerem

⁸⁸ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 23.

⁸⁹ IDEM – o. c., pp. 23 e 24.

⁹⁰ A.D.B. – *Fundo Monástico Conventual*, L. 24, fls. 27 v.

junto do mesmo mosteiro”, porque isto lhe permite, ao contrário da tradição, colocar a ermida fora de muros.

Podemos ainda concluir que só em Fevereiro de 1620 os Lóios assumiram a construção. Logo não podiam ter começado o edifício em 1619, data arranjada para substituir a de 1812.

Os pontos 4. 5. e 6 dos seus (dela) argumentos enfermam dos mesmos erros de transcrição. A autora arranja o texto que mais lhe convém para atingir os objectivos mais incríveis. Não merecem comentários.

Apresentei estes extractos, sem estar a contar “favas”, só porque a autora me acusou de “domesticar documentos” e de confundir “ermida e capela, dentro e fora de muros”⁹¹.

Nos documentos do século XVII sempre se fala em ermida. M.^a Helena (Araújo) com o rigor científico que certamente já todos descobriram, em duas páginas (23 e 24), maltratando os supracitados documentos, para além de outros erros, utiliza sete vezes a palavra “capela” e três vezes a palavra “ermida”, porque capela e ermida, no sentido em que a autora a quer tomar, e com os objectivos menos claros que estão no seu consciente, não são a mesma coisa. Convém confundir, iludir a questão, para levar a água ao seu moinho.

Mas o documento mais maltratado, por uma transcrição desastrosa, é o da Crónica do Padre Jorge de São Paulo. Já o comentei. Trago-o aqui de novo à colação, porque M.^a Helena (Araújo) na “nota ad hoc...” do seu “escrito” afirma: “A nossa intensão (sic) é publicar os documentos, *ipsis verbis*, sem nenhuma explicação, a não ser uma raríssima tradução num ou noutro termo mais arcaico ou de latim popular com significado menos acessível ao leitor”⁹².

Comecemos pelo princípio. O Padre Jorge de S. Paulo diz: «...defronte do convento, para poente, obrou o P.e Reitor António da

⁹¹ (ARAÚJO), M.^a Helena— o. c., p. 8 e 9.

⁹² IDEM — o. c., p. 10.

Ascensão, a primis fundamentis, no ano de 1620 uma ermida da invocação de Nossa Senhora do Socorro...”.

M.^a Helena (Araújo) que se diz licenciada em Filologia Românica, negou-se a fazer a tradução da expressão latina “*a primis fundamentis*”. Se não sabia latim, que havia prometido traduzir, perguntava a quem soubesse.

“*A primis fundamentis*” traduz-se: desde as bases, desde os alicerces.

Isto significa que a ermida se iniciou no ano de 1620 e não no ano de 1619. As obras começam pelos alicerces e nunca pelo telhado. Se querem lá a data de 1619, de duas uma: ou o pedreiro, ignorante, tosco e com instintos maliciosos enganou os frades do seu tempo e hoje nos engana a nós, ou o cronista mentiu.

Mais grave que não saber, é fugir à questão e não assumir a responsabilidade do que se faz. Sem qualquer rigor, diz que Frei Jorge de São Paulo, em 1658 escreve: “Capela construída (sic) *a primis...*” portanto “nada antes”⁹³.

Esta é boa. Uma transcrição vergonhosa porque não é transcrição. Uma vergonha de tradução de “*a primis...*” porque não se pode traduzir por “nada antes”. Uma vergonha de pontos de reticência, pois não lhe convinha a palavra *fundamentis* – os alicerces.

Voltando à página 25, inserida na transcrição de sua lavra, não palavras do cronista, diz que o “custo da obra terá sido 625.000 reis (sic)”.

M.^a Helena (Araújo) não leu o cronista e desconhece o que são os 625.000 réis.

Vou explicar-lhe:

O cronista quando apontava as obras que se faziam, dizia quem foi o padre reitor que as mandou fazer e o seu custo. Juntava no mesmo parágrafo uma série de obras e no final do mesmo, escrevia à margem a soma do custo das obras referidas nesse mesmo parágrafo.

Da ermida diz que foi edificada “com toda a perfeição e todo o guisamento, para se celebrar quando a devoção o pedisse; é muito

⁹³ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 28.

frequentada de gente devota em todos os dias santos e domingos e nela se festeja sua invocação com muita solenidade de música e pregação por ordem dos padres vice-reitores em a festa das Neves. Despendeu nesta obra o dinheiro de lutozas⁹⁴ e laudémios – 20 mil réis”⁹⁵.

A soma das despesas deste parágrafo, e não da ermida, correspondem na totalidade a 625.000 réis. É o que se encontra à margem (3ª despesa) da página 365 da Crónica do Padre Jorge de São Paulo.

De facto, o dinheiro das lutozas e laudémios, e também o pouco tempo gasto na construção, só chegaria para fazer uma pequena ermida e não uma capela como a que existe actualmente.

Lamento que não tivesse escrito uma única palavra sobre o Inventário dos Bens do Convento de Vilar de Frades, elaborado por ordem do Ministério das Finanças, em 1834. Embora não lhe reconheça, por aquilo que apresentou, capacidade na arte de bem interpretar, gostaria de saber o que fazia com a expressão: “É pequena, mas feita ao gosto moderno”⁹⁶ (Fig. 19).

Os indivíduos que fizeram o arrolamento dos bens do convento escreveram que a capela era “feita ao gosto moderno”. Interpreto que não se trata de uma construção do século XVII, pois que, com certeza absoluta, não lhe chamariam moderna.

Esquece este documento pois teria, na sequência do seu pensamento, de atribuir à expressão “feita ao gosto moderno” 215 anos de idade, ou concluir que os anos, no século passado, eram mais pequenos, ou que os indivíduos que fizeram o arrolamento dos bens do Convento eram homens néscios e analfabetos.

Permitam-me só mais uma citação da pretensa historiadora, autora da pseudo “corrigenda”. Diz assim: “No que se refere à primeira festividade, vejamos o que Cronista Frei Jorge de São Paulo escreveu em 1658:”⁹⁷.

⁹⁴ VITERBO, Frei Joaquim de S.^{ta} Rosa de – *Elucidário*, in lutozas.

⁹⁵ SÃO PAULO, Padre Jorge de – *o. c.*, p. 365.

⁹⁶ A.N.T.T – *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Cat. N.º 439, Cx. 2264, doc. 8.

⁹⁷ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 26.

A primeira festividade fica-se pelos dois pontos (:). A conclusão a que chego, por mais benevolente e compreensivo que pretenda ser, não pode ser outra que a falta de senso comum, o desprezo pelos leitores que adquiriram o livro e o pagaram, a confirmação de não ter consultado os arquivos e a leviandade posta em todo este trabalho, que por isso me apetecia ter apelidado de pasquim, o que por decência e integridade moral não fiz.

Já há muito que tive vontade de acabar com isto. Mas cada parágrafo que leio na “corrigenda” dá-me mais matéria para a impugnar. Estava para terminar, mas encontrei esta afirmação que me despertou um interesse especial pela capacidade da autora em tirar conclusões. Diz assim: “Trata-se de Capela (não ermida) porque construída (sic) fora de muros ... lugar público ... estrada corrente ... com missa e muita solenidade de música e pregação”⁹⁸.

Diz que se trata de Capela (não ermida). O Padre Jorge de S. Paulo, o Padre Francisco de Santa Maria, o Bispo, o Reitor de Vilar de Frades, a própria escritura pública chamam-lhe ermida; e vem agora a autora dizer-nos que se trata de uma capela.

Capela “porque construída fora de muros”. Gostava de ser informado onde encontrou o documento que afirma que a ermida foi construída fora ou dentro de muros e que só existem ermidas dentro de muros. No Fundo Monástico Conventual, L. 24, fls. 26 diz-se: “junto aos muros”. Nem diz que é do lado de fora nem do lado de dentro. No mesmo documento, a fls. 27 v. diz: “junto do mesmo mosteiro”. É o documento da escritura, e neste nem fala em muros, pelo contrário, pode deduzir-se que é bem perto do mosteiro.

Para quem conhece a extensão da propriedade pode concluir ser dentro e bem dentro de muros, o que confirma a tradição oral, que também é fonte da História.

⁹⁸ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 28.

Depois vêm as reticências que não me permitem descobrir os vocábulos que ficaram em suspensão. Isto de ser capela – porque está em lugar público; porque lhe passa uma estrada junto; porque tem festa solene – para mim é novidade.

Assim não sei onde colocar as ermidas espalhadas ao longo da paisagem, nem as capelas particulares, nomeadamente, a Capela da Casa de Belinho.

Só quem não conhece os privilégios dos conventos da época, quem não conhece o sistema jurídico do direito de propriedade ao tempo, e quem, como no caso concreto, não conhece a luta que houve entre o Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra e os Lóios é que pode chegar a afirmações tão gratuitas e sem qualquer fundamento.

Mas repare que não me incomoda muito que lhe chame capela; só que capela ou ermida, como lhe queira chamar, a actual Capela da Senhora do Socorro, de que estamos a falar, não é construção do século XVII. E por muito que lhe custe, se subir ao alto e observar (não é preciso muita atenção, nem grande capacidade visual) descobre os sinais evidentes de o cinzel ter andado nas datas. O pedreiro do cinzel não foi grande artista.

Finalmente, gostaria que tivesse, em vez do insulto, das afirmações gratuitas, das acusações levianas, respondido ao meu livro ponto por ponto. Se o tivesse feito não incorreria “em dois erros iguais e opostos”⁹⁹.

Como afirmei no princípio deste meu estudo preferi o trabalho honesto e sério, embora crítico, rebati as suas posições mas com dignidade, corriji os seus erros com base nos documentos e deixei de lado toda a baixa polémica, para onde nunca conseguirá arrastar-me.

Acho que não vale a pena comentar mais nada. Por isso os mal intencionados podem continuar a dizer que a actual capela é a mesma coisa que a primitiva ermida; que tendo sido iniciada a construção da ermida em 1620, ela é de 1619; que a Capela da Casa

⁹⁹ (ARAÚJO), M.^a Helena – *o. c.*, p. 31.

de Belinho e a Capela da Senhora da Ponte são iguais à Capela da Senhora do Socorro. Podem continuar a afirmar que os frades, os cronistas, os pedreiros, o bispo, e todos os intervenientes neste processo foram todos uns mentirosos, e só restam no tempo presente, como baluarte da verdade, as últimas descobertas da autoria de M.^a Helena (Araújo).

Capella de Nossa Senhora do Socorro

A bem pouco distancia do Sobredito convento sobre
hum de levado Colina esta situada a Capella
da Nossa Senhora do Socorro com a porta virada a
estrada, que conduz a Barcellos e ai costam as Rios, Ca-
vado. He pequena mas feita os gntos modernos -
Tem hum tabuleto quasi novo pintado a marmore
de varias cores, e com griz e mais relevos duradi-
o tecto he careca de madeiro pintado d'azul, tem

Fig. 19 – Arrolamento dos bens do Convento, 1834

CONCLUSÃO

Pitigrili diz que o prefácio “é aquilo que se escreve depois, se imprime primeiro e não se lê nem antes nem depois”. Eu costumo dizer que a conclusão é aquilo que se pensa primeiro e se imprime depois.

Assim, dentro desta lógica, embora muitos nunca leiam a introdução, quase todos lêem a conclusão, na descoberta das intenções de quem escreve.

Li a conclusão que M.^a Helena (Araújo) escreveu, assumidamente, nas últimas páginas da sua “corrigenda”. A conclusão nada tem a ver com o imbróglio em que se meteu. Ao escrever, a sua intenção é clara: não é fazer história, não é apresentar novos documentos, não é esclarecer situações, não é aclarar dúvidas.

A sua intenção, para além do insulto, encontra-se no primeiro ponto da conclusão, quando afirma que os livros que eu publico são pagos com os dinheiros públicos. Foi a grande conclusão a que chegou. Nada mais lhe interessava que destruir a minha imagem. Para quem lê a conclusão, não chega a outro entendimento senão que eu tenho utilizado os dinheiros públicos para publicação dos meus trabalhos.

Está em causa a minha dignidade de homem público, conhecido em todo o concelho de Barcelos e não só; está em causa a minha honestidade como homem e como vereador, responsável pelo pelouro da cultura e pelas publicações editadas pela Câmara Municipal de Barcelos; está em causa toda a minha investigação no campo da História; está em causa todo o enxovalho a que publicamente me expôs, no fim de um mandato autárquico para que fui eleito, e em vésperas de um novo acto eleitoral; está em causa o meu bom nome e a minha memória.

As suas acusações, M.^a Helena (Araújo), são demasiado graves e por isso terá que as provar no lugar próprio.

E como se não bastasse a acusação do desvio de dinheiros públicos, a falta de respeito pelos direitos de autor, o insulto, a agressão, a injúria, a ofensa e o enxovalho, com ar seráfico de poeta em oração, embora sem qualquer engenho nem arte, apelida-me de ladrão de nome, jóias e sonhos¹⁰⁰.

Finalmente, se prefere ficar “com a noite que embala”¹⁰¹ eu prefiro o dia. Vê-se melhor o que nos rodeia, quem nos rodeia e a transparência dos nossos actos.

Fique com a noite. A opção é sua. Mas não se esqueça que até na noite mais escura se pode bater com a cabeça na verdade.

Areias de Vilar, 27 de Maio de 1997

¹⁰⁰ (ARAÚJO), M.^a Helena – o. c., p. 35.

¹⁰¹ IDEM, *ibidem*.

ÍNDICE

Nota Justificativa	11
I – Introdução	15
II – A Autora da Corrigenda	19
III – Os seus Canudos	21
Começo pelo título: “Corrigenda”	22
A autora não sabe fazer transcrições	23
IV – As Inverdades de M. ^a Helena (Araújo)	28
V – A História e os seus enredos	35
VI – Esclarecimento	39
VII – Argumentos Arquitectónicos	43
A Capela da Casa de Belinho	45
A Capela de Nossa Senhora da Ponte	39
VIII – Documenos Antigos e Modernos	65
IX – Conclusão	77

Composto e impresso
na Companhia Editora do Minho, S.A.
no mês de Junho
BARCELOS – 1997

biblioteca
municipal
barcelos



27878

Ainda a capela da Senhora do
Socorro